



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PLP 91/03 - SUDAM		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1710/2003	DATA: 16/10/2003
INÍCIO: 10h18min	TÉRMINO: 13h33min	DURAÇÃO: 3h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h 16	PÁGINAS: 56	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÂNCIO LIMA CORDEIRO - Presidente do Banco da Amazônia — BASA.
MARIA DO CARMO MARTINS LIMA - Diretora-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia — ADA.

SUMÁRIO: Debate acerca do PLP nº 91, de 2003 — recriação da SUDAM.

OBSERVAÇÕES

- Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Declaro abertos os trabalhos da 5ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2003, do Poder Executivo, que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 4ª reunião, realizada em 15 de outubro de 2003. Pergunto se há necessidade da sua leitura.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Em atenção à solicitação da nobre Deputada Perpétua Almeida, fica dispensada a leitura da ata. Em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

A pauta de hoje prevê audiência pública com o Sr. Mâncio Lima Cordeiro, Presidente do Banco da Amazônia — BASA, e com a Sra. Maria do Carmo Martins Lima, Diretora-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia — ADA.

A Presidência informa que o Sr. Jaime Pacheco, inventariante extrajudicial da extinta SUDAM, não pôde comparecer e justificou a sua ausência.

Convido para compor a Mesa o Dr. Mâncio Lima Cordeiro, Presidente do BASA, e a Dra. Maria do Carmo Martins Lima, Diretora-Geral da ADA.

Registro, com satisfação, a presença da Dra. Tânia Bacelar, Secretária Nacional de Política de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional; do Dr. Djalma Mello, Diretor da ADA; do Dr. Pepeu Garcia, também Diretor da ADA; do Dr. Hildegardo Nunes, Diretor de Políticas Regionais, do Ministério da Integração Nacional; do Dr. Hélio Graça, Gerente de Estudos Econômicos e Relações Internacionais do BASA; e do Senador Augusto Botelho — alegra-nos muito tê-lo conosco nesta reunião.

Srs. Deputados, antes de iniciarmos os debates, esclareço os procedimentos a serem adotados na condução dos trabalhos.



Na forma do Regimento Interno da Casa, cada expositor disporá de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão. Somente serão permitidos apartes durante a prorrogação. No fim da apresentação, será concedida a palavra aos Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo de 3 minutos cada um, formularem suas considerações ou pedidos de esclarecimento, dispondo o expositor de igual tempo para a resposta. Serão facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo de 3 minutos.

Iniciando os nossos debates, concedo a palavra ao Dr. Mâncio Lima Cordeiro, Presidente do Banco da Amazônia, que dispõe de 20 minutos para a sua exposição.

O SR. MÂNCIO LIMA CORDEIRO - Sr. Presidente, Deputado Átila Lins; Deputado Paulo Rocha, Relator desta Comissão; Sra. Maria do Carmo, minha amiga do Pará, que dirige a ADA; Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que estamos aqui para conversar sobre esta questão tão relevante: o desenvolvimento da região amazônica. Agradeço às Deputadas Perpétua Almeida e Marinha Raupp, que tiveram a gentileza de me convidar para participar deste evento. É uma satisfação muito grande o Banco da Amazônia poder participar do debate que deve nortear o desenvolvimento regional.

Acredito que o desenvolvimento regional não pode prescindir da transversalidade — ou seja, teremos convergência de esforços e ações coordenadas. Significa que todos os órgãos, sejam eles de âmbito estadual, federal, municipal, ou mesmo organizações não-governamentais, têm se atuar de forma convergente, a fim de que os resultados possam ser potencializados. Então, essa questão da transversalidade tem de ter esforços convergentes para que os resultados possam ser potencializados. Quanto à transversalidade, entendo que os órgãos devem desenvolver o seu papel de maneira coordenada para que a soma dos esforços permita melhores resultados.

As ações devem convergir para algum ponto que deverá estar definido nas políticas públicas do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Significa dizer que é preciso racionalizar a aplicação dos recursos, que são escassos e dificilmente atenderão a todos. Precisamos focar as ações prioritárias, mais importantes. Para isso é preciso uma ação coordenada. Cada um deve fazer a sua parte, mas com objetivo comum.



O Plano Plurianual traz entre os seus megaobjetivos a promoção da inclusão social, a redução das desigualdades sociais, com ênfase no combate à fome, no crescimento sustentável com geração de trabalho, emprego e renda, na promoção e expansão da cidadania, com o conseqüente fortalecimento da democracia.

Nesses megaobjetivos, qual deverá ser o posicionamento do Governo Federal em relação às políticas para a Região Norte?

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia tem como pilares a gestão ambiental e o ordenamento territorial, a produção sustentável com tecnologias avançadas, a inclusão social e a cidadania, a infra-estrutura para o desenvolvimento e um novo padrão de financiamento.

No que diz respeito a um novo padrão de financiamento, o Banco da Amazônia apresenta-se em toda a sua plenitude para fornecer o crédito de forma oportuna, desburocratizada, facilitada e, principalmente, democratizada.

Quando falamos de políticas públicas para a Amazônia, o primeiro ponto a se destacar é a questão da sustentabilidade. Acredito que não podemos pensar em políticas públicas regionais para a Amazônia sem termos clareza e segurança de que essas políticas vão induzir o desenvolvimento sustentável na política e nas áreas econômica, social, cultural e ambiental. Então, as políticas públicas para a Amazônia precisam garantir a sustentabilidade.

Precisamos ter muito cuidado com generalização. O Brasil errou muito no passado, quando definia políticas para o País inteiro. A política agrícola era para todo o Brasil e a política energética também; ou seja, todas as políticas desenvolvidas eram tratadas como se o País fosse único. Depois, foi-se percebendo que as particularidades regionais exigiam tratamentos diferenciados.

Difícilmente podemos pensar em uma política única para a região amazônica, porque as particularidades, as diferenças são muito grandes. Por exemplo, a pesca no Pará difere significativamente da pesca no Acre e em Roraima. As formas de produção são diferentes, os equipamentos utilizados são diferentes.

Também no caso do calendário agrícola, se considerarmos que temos estradas que estão no outro hemisfério, a política agrícola não pode ser única, porque deixaria de fora parte da região.



Precisamos compreender claramente a região, os negócios que pode fazer e só a partir daí definir as políticas. Estamos mudando totalmente o foco. Não podemos criar políticas e enquadrar os nossos negócios. Devemos, ao contrário, definir claramente o que queremos. Precisamos definir também o financiamento, o crédito, para ter alguma garantia de sucesso.

Planejamento integrado pressupõe participação social. Nós, do Banco da Amazônia, entendemos que as políticas da SUDAM, da SUFRAMA e do Banco da Amazônia têm de ter 2 pilares: os planos do Governo Federal, com todas as suas entidades e instituições, e os planos dos Governos Estaduais. É com essa perspectiva que vamos conseguir captar as diferenças de cada rincão. Num mesmo Estado, muitas vezes, há diferenças que precisam ser consideradas para que as necessidades da região sejam atendidas de maneira adequada.

Vou abordar uma questão para mostrar como é importante compreendermos com clareza os rumos dos negócios da região, a fim de que, no caso do Banco da Amazônia, sejam definidas as linhas de crédito.

Recentemente o Presidente Lula foi a Benevides, no Pará, lançar um programa de fruticultura. Nenhum tipo de financiamento oferecido pelo Banco da Amazônia se enquadraria naquele programa se o atendimento tivesse de ser dentro das linhas convencionais, porque nesse caso o banco classifica os produtores pelo porte.

Quando o volume de recursos é significativo, consideramos o projeto de grande porte e as taxas são mais altas. No caso do programa de fruticultura a que me referi, estavam previstos produção, processamento e exportação de suco concentrado e suco pronto para beber, envolvendo 4 mil produtores familiares. São 3 cooperativas com 4 mil produtores. A finalidade do projeto era atender à pequena produção, mas não tínhamos condições de enquadrá-lo nas nossas linhas de crédito, porque seria considerado de grande porte, por conta do volume de recursos envolvido, que era relativamente elevado.

Tivemos de agir exatamente como mencionei antes: compreender qual é o negócio, mudar o foco da nossa atuação e criar condições para o estabelecimento do programa. Não foi uma tarefa simples. Passou pelo Banco da Amazônia, pelo Ministério da Integração, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e até pelo



Conselho Monetário Nacional, a fim de que pudéssemos alterar as regras e criar condição para que aquele programa de pequenos produtores com grande volume de recursos fosse atendido. Isso mostra que as necessidades que precisamos atender têm de ser compreendidas com clareza, a fim de que sejam criadas condições para utilizarmos os recursos de maneira adequada.

O Banco da Amazônia, durante toda a sua história, tem tido um papel muito importante no desenvolvimento da região. Talvez até de maneira correta, o Banco, durante todo esse tempo, trabalhou como receptor de demandas. Se alguém tinha uma boa idéia e preenchia os requisitos, ia ao Banco da Amazônia e conseguia um financiamento. Aplicamos cerca de 8 bilhões de reais, cerca de 3 bilhões de dólares, na Amazônia, o que tem um significado importante no desenvolvimento regional. Entretanto, são raros os pontos em que se consegue perceber com clareza qual foi o impacto que teve esse tipo de investimento na região.

Está na hora de mudarmos a forma de atuação. É por isso que estamos tratando das políticas do Governo Federal e dos Governos Estaduais, discutindo o assunto com a sociedade e definindo com clareza que pontos vamos atacar, com os poucos recursos que temos para financiamento regional.

Os recursos do FNO, principal fonte de financiamento do desenvolvimento regional, não atendem sequer a 10% da demanda potencial por crédito na Amazônia. O Pará, que é o Estado que mais recebe crédito, não recebe nem 10%; na média, daria para atender a 6% da demanda potencial por crédito. É uma deficiência da nossa região e de todo o País. Nos países desenvolvidos a oferta de crédito corresponde a um PIB ou a um PIB e meio. No Brasil, não supera 30% do PIB. Na Amazônia é ainda menor.

Precisamos ter muito cuidado com a aplicação desses recursos, que são escassos. Temos de decidir cirurgicamente onde aplicá-los para obtermos resultados mais significativos e eficientes.

O projeto estratégico do Banco da Amazônia prestigia a indução ao desenvolvimento sustentável; isto é, queremos apoiar todas as ações que digam respeito à reorientação do modelo de desenvolvimento e a alianças estratégicas.



A SUDAM, como coordenadora desse processo, é que vai conduzir essa orientação geral, definir os focos relacionados com o mercado e vincular com as políticas sociais do Governo Federal.

Estou querendo dizer que não faz o menor sentido os órgãos do Governo Federal trabalharem em ações que não digam respeito às ações que estão no Plano Plurianual, que se relacionam com o combate à fome e à miséria, com a inclusão social, com a geração de emprego e renda. Todas as ações de governo, nos órgãos federais, deverão estar voltadas para esse rumo.

Para que o Banco da Amazônia possa ter uma ação mais eficiente na região e levando-se em conta o que falei anteriormente sobre a escassez de recursos, temos envidado esforços no sentido de aumentar o volume de recursos que possam ser aplicados na região amazônica.

Algumas ações foram desenvolvidas e têm tido sucesso. Por exemplo, amanhã, em Mato Grosso, será anunciada a aplicação de 150 milhões de recursos do FAT em toda a região amazônica. Os recursos do FNO têm a aplicação limitada à Região Norte, mas os recursos do FAT não têm limitação regional, podem ser aplicados em toda a região amazônica, que é área de atuação do Banco da Amazônia.

Conseguimos recursos do Orçamento Geral da União para aplicar no PRONAF. O Banco da Amazônia nunca tinha atuado com essa fonte de recursos. Assinamos acordo com o Banco do Nordeste para, no caso do Maranhão, aplicar os recursos do FNE e ajudar o Banco do Nordeste, o que vai melhorar a eficiência dos 2 bancos naquele Estado. Estamos trabalhando na busca de recursos do Fundo de Marinha Mercante para podermos acompanhar o Programa Nacional de Pesca.

O Banco da Amazônia está começando a organizar a sua área internacional. Há necessidade de organizarmos com toda clareza a produção regional para a exportação. O BASA pode ter papel decisivo nesse processo, tanto na exportação de produtos da Amazônia quanto na organização dos insumos a serem importados para desenvolvermos nossos projetos na região. Isso pode ser fundamental para a articulação de negócios no exterior.

Estamos em contato com o Banco do Nordeste e devemos começar montando um escritório conjunto em Portugal.



Nada mais justo do que aqueles que pregam o desenvolvimento sustentado da Amazônia e a sua preservação nos ajudarem a desenvolvê-la adequadamente. O Banco buscará recursos externos de fundos éticos, de bancos multilaterais ou de outras fontes que possam existir no exterior, com taxas adequadas e compatíveis com nossas necessidades, para que possamos ampliar ainda mais o volume de recursos de que dispomos para a região. Essa ação será fundamental para atendermos à demanda potencial de que falei anteriormente, quando mencionei que não conseguimos atender nem a 10%.

O Banco da Amazônia é responsável por 82% dos recursos de fomento aplicados na Região Norte e por mais de 50% de todo o crédito que gira na Região Norte, muito embora tenha apenas 11% da rede de agências e somente 5% dos depósitos à vista. Portanto, é uma instituição que tem capacidade significativa na aplicação de recursos na região.

Falei da questão do crédito facilitado. Precisamos aprimorar significativamente a concessão de crédito oportuno, acessível e ágil, além de criar novas linhas, como disse pouco antes. Devemos focar os negócios e não criar linhas para que os negócios a elas se ajustem. Isso é fundamental para que tenhamos eficiência na aplicação dos recursos, que são, como disse, escassos.

Falei do Banco da Amazônia antes de falar da organização, que seria o motivo da nossa reunião, porque entendo, como muitos, que a coordenação desse processo deve ser feita pela nova SUDAM. Tenho clareza de que esse processo tem de ter algum organismo catalisador, que possa congrega os esforços de todas as outras organizações e instituições, sejam elas federais, estaduais, municipais ou mesmo organizações não-governamentais, para que obtenhamos resultados significativos.

Quanto à questão da SUDAM e do Banco da Amazônia, podemos ter ações conjuntas relativas a planos de aplicação de recursos financeiros, elaboração de cenários — o Banco da Amazônia tem desenvolvido pesquisas e estabelecido cenários da região. Os arranjos produtivos são um exemplo claro do que o Banco da Amazônia fez em conjunto com o IPEA. Todas as organizações que precisarem das informações poderão solicitá-las porque estarão disponíveis para quem desejar utilizá-las. Inclusive, a ADA está realizando discussões sobre o assunto e temos tido



o prazer de colaborar. Outras ações que poderíamos desenvolver juntos seriam a avaliação de *performance*, resolução de questões técnicas e publicação de trabalhos científicos.

Vale ressaltar que o Banco da Amazônia tomou uma decisão inédita em sua história, que vai vigorar a partir do ano que vem. O Banco apoiava pesquisas na região com 1% dos recursos oriundos do FINAN. Isso ficou represado durante algum tempo, mas, nos últimos 3, 4 anos, esses recursos foram utilizados na elaboração dos estudos. Foram realizados quase 300 estudos na região com esses recursos. Pela primeira vez em sua história, o Banco da Amazônia tomou a decisão de fixar em seu orçamento a destinação de recursos para pesquisas, a fim de obter apoio e mais conhecimento da região e tomar decisões adequadas.

O compromisso da SUDAM e do Banco da Amazônia pode ser o de apoiar a diversificação da produção e a incorporação de inovações tecnológicas. É importante ressaltarmos a ação do Banco da Amazônia. Há cerca de 60 milhões de hectares alterados na Amazônia pela ação do homem. Desses, cerca de 40 milhões são utilizados em pecuária, com baixíssimo nível tecnológico. Modificamos as normas para podermos utilizar alta tecnologia na pecuária e com isso aumentarmos significativamente a produtividade dos rebanhos. Conseqüentemente, diminuiremos o impacto ambiental na região e aumentaremos a produção, porque a pecuária é inexorável e precisa ser tratada de maneira adequada para não pressionar ainda mais o meio ambiente. à medida que vai surgindo a necessidade de limpar novas áreas.

O Banco da Amazônia está realizando uma ação focada na aplicação de recursos em alta tecnologia, para que o desmatamento na Amazônia não seja ainda maior.

Essas inovações também se aplicam à agricultura. Se a pessoa utiliza tecnologia, pode obter maior produtividade e melhor aproveitamento das áreas já exploradas.

A agregação de valor aos produtos regionais pode ser feita pela SUDAM e pelo Banco da Amazônia juntos. O Banco já tem um embrião no processo, que é o trabalho com as cadeias e com os arranjos produtivos, no qual a pessoa agregará cada vez mais valor ao produto. A Amazônia não pode continuar exportadora de



matéria-prima. Não podemos concordar com isso. Temos de intensificar a ação de todos os órgãos. A SUDAM terá papel fundamental no processo: tirar todos os poros das cadeias produtivas para que elas agreguem valor, a fim de gerar mais riqueza para a região. Qualquer projeto que formos apoiar, seja no âmbito da política, seja no âmbito da operação do crédito, terá de ter começo, meio e fim. Não adianta apoiarmos o pedaço de uma cadeia, porque estaremos criando dificuldades além das existentes. Podemos completar os poros das cadeias que estão faltando. Quanto às novas, nossas preocupações devem englobar da produção da matéria-prima ao produto acabado e sua colocação no mercado. Se não pensarmos o projeto como um todo, estaremos contribuindo para que os poucos recursos que temos sejam utilizados inadequadamente.

Geração de emprego e renda. A questão é fundamental e todas as ações do Governo Federal levam a isso.

Redução dos impactos ambientais. Falei sobre isso anteriormente, assim como sobre a questão da diminuição das desigualdades, etc.

Fico contente em conversar com os senhores sobre a criação de instrumento tão poderoso e tão importante como a nova SUDAM para o desenvolvimento da região amazônica. O Banco da Amazônia quer ser parceiro nesse processo. É importante que determinadas organizações sejam não apenas executoras das políticas, mas também participantes ativas na sua elaboração. O Banco da Amazônia coloca-se como um parceiro interessado em discutir e ajudar a construir todas as políticas que serão desenvolvidas para atuação na região amazônica. Quando participamos do processo de construção, fica mais fácil executarmos as tarefas. É um erro alguém planejar sem nenhuma ligação com quem executa. Se os executores participarem da discussão, podem, muitas vezes, dar contribuições que venham a modificar o perfil das futuras ações. Com pequenas mudanças poderíamos ter resultados totalmente diferentes.

Louvamos a ação dos Deputados e o convite para debater o assunto. É uma satisfação poder contribuir. O Banco da Amazônia apóia a idéia da criação da nova SUDAM e apresenta-se como parceiro no processo do desenvolvimento regional.

Coloco-me à disposição dos senhores para isso e agradeço a oportunidade de estar aqui para debater o assunto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Encerrada a exposição do Dr. Mâncio Lima Cordeiro, Presidente do BASA.

Concedo a palavra à Dra. Maria do Carmo Martins Lima, Diretora-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia — ADA, pelo prazo de 20 minutos.

A SRA. MARIA DO CARMO MARTINS LIMA - Bom-dia a todos. Inicialmente agradeço o convite que me foi feito de forma tão gentil para discutir com o Parlamento, nesta Comissão Especial, questão de suma importância como a da recriação da SUDAM.

Saúdo as Sras. e os Srs. Deputados na pessoa do Presidente da Comissão, Deputado Átila Lins, e do Relator do projeto, Deputado Paulo Rocha.

Respeito o Parlamento. Aprendi em minha vida, inclusive como Parlamentar, que nele estão os segmentos da sociedade; nele está o povo do Brasil e da Amazônia. Por mais divergências ideológicas que se tenha, este é o local a que se chega ao consenso de idéias.

Portanto, parablenizo cada um e cada uma no esforço nacional de debater política de desenvolvimento regional. Por mais que se tenha divergência, temos de perseguir a convergência. No Parlamento é que aprendemos a conviver com a divergência e chegar a um denominador comum, a um consenso.

Espero que a Comissão chegue ao ideal de apresentar proposta de lei complementar ou ratificar a proposta existente, amplamente debatida com vários setores da sociedade amazônica e fruto de consenso entre Governadores e a maioria dos segmentos da sociedade ouvidos. Parabéns a vocês que ratificarão ou farão as mudanças necessárias para melhorar a proposta, que é o início de consenso dentro da região amazônica.

Estou acompanhada de diretores da Agência de Desenvolvimento da Amazônia: Dr. Djalma Mello, Dr. Pepeu Garcia e muito bem acompanhada ainda da Secretária Nacional de Política de Desenvolvimento Regional, Dra. Tânia Bacelar, que, junto com várias pessoas do próprio Ministério da Integração Nacional, foram os mentores da proposta apresentada na lei complementar e também dos documentos de concepção de desenvolvimento para a Amazônia e o Brasil. Portanto, estou acompanhada de pessoas que podem tirar dúvidas de vocês. Não tenho a intenção de achar que posso falar tudo. Eles estão aqui também para tirar



dúvidas. Estou acompanhada também do Dr. Hildegardo Nunes, do Estado do Pará, que hoje contribui no Ministério da Integração Nacional como Diretor do Ministério. É uma pessoa importante na integração de debates e articulações que resultam em documentos importantes, como os que debateremos hoje nesta Comissão.

Não gosto de falar do passado, mas, para entendermos o presente e a percepção de futuro, precisamos fazer um breve resgate da história. Não quero ir muito longe. Quero apenas dizer que a Amazônia foi vítima de projeto de desenvolvimento pensado de forma equivocada. Sempre digo que foi pensada a partir de Brasília, sem levar em consideração características específicas da região. Os projetos de desenvolvimento não obtiveram os resultados que todos perseguimos ao longo desses anos todos.

As políticas de desenvolvimento regional pautadas para a Amazônia tinham como pressuposto a ocupação da Amazônia a todo o custo, o acesso a seus recursos naturais para transformá-los em recursos financeiros. Eu diria que foi uma política de desenvolvimento pautada em grandes obras de infra-estrutura, sem levar em consideração as outras obras também necessárias para o desenvolvimento da região.

Percebemos que as políticas baseadas em grandes obras e pensadas a partir de financiamento de grandes projetos tiveram como resultado o aumento da concentração de riquezas na região e o aumento da miséria e da pobreza. Enfim, não chegamos ao tão sonhado objetivo, que era a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

Hoje, temos numa nova percepção. A nova ordem é pensar o desenvolvimento regional a partir do desenvolvimento nacional. Não se pode falar de política de desenvolvimento regional sem levar em consideração a política nacional de desenvolvimento regional. O problema da Amazônia, da Região Nordeste e da Região Centro-Oeste não são problemas dessas regiões; são problemas nacionais e devem ser pautados na política nacional. Não se pode deixar que a Amazônia seja palco de políticas de Ministério. Aliás, um dos grandes equívocos do qual a Amazônia foi vítima foi, dentre muitos, o fato de que lá sempre foi palco de política ministerial de Governo. O Ministério dos Transportes pensava numa estrada e a construía. O Ministério do Meio Ambiente pensava em uma reserva extrativista e a



implementava. O Ministério de Infra-Estrutura pensava em uma grande obra e a realizava. Ou seja, cada Ministério pensava de forma isolada e fazia da Amazônia um “palco de obras”, entre aspas. Se fizermos um resgate, verificaremos que os governos anteriores implementaram políticas para a região, investindo muito dinheiro. Só que o dinheiro foi investido, muitas vezes, de forma desordenada, não havia comunicação entre as formas de investimento. Conclui-se, hoje, que não tiveram o resultado que esperavam.

Deixo claro — essa é uma opinião pessoal — que não só os governos federais anteriores foram os responsáveis pelo fato de a Amazônia e outras regiões não alcançarem o tão sonhado desenvolvimento econômico e social. Não podemos negar que o PIB da região aumentou, mas, apesar de ter havido o “desenvolvimento econômico”, entre aspas, não houve o mesmo desenvolvimento social e justiça social na nossa região. E também as grandes instituições financeiras, como o BNDES, o BIRD e o Banco Mundial, que pensaram políticas para a Amazônia, investiram recursos na Amazônia sem ao menos pautá-los em fóruns específicos que pensassem no desenvolvimento da Amazônia. Foram investimentos setorizados que acabaram nos levando à situação em que vivemos.

A nova ordem vivenciada no País é o resgate do planejamento estratégico do desenvolvimento regional, em âmbito nacional. Esse, inclusive, é um compromisso do Presidente Lula. Queremos o compromisso do respeito a alguns princípios que, para nós, são importantes, como, por exemplo, a inclusão social. Queremos a Amazônia incluída no desenvolvimento econômico e social do País, porém com transversalidade, com o diálogo entre os Ministérios, com ações específicas para a Amazônia, para que façam na Amazônia política de Governo e não política ministerial, sem deixar de levar em consideração que, quando se debater desenvolvimento regional, tanto nesta Comissão como em outro setor, é importantíssimo colocar à mesa não só a ADA e a nova SUDAM, mas também o BASA.

Ressalto a participação efetiva do BASA como a instituição mais importante de financiamento do desenvolvimento da Amazônia. Destaco o Dr. Mâncio Lima Cordeiro, que recentemente assumiu a Presidência do BASA, pois tem procurado dar ao órgão a feição de ajustamento à nova concepção de desenvolvimento da



Amazônia, debatendo políticas de integração regional, em âmbito nacional, e não só pensar a Amazônia a partir da Amazônia e para a Amazônia.

Parabenizo o companheiro Mâncio Lima pela brilhante exposição. Gosto muito de ouvi-lo onde quer que esteja. Sou uma exímia ouvinte das suas exposições. Não canso de ler e reler o seu discurso de posse no BASA, em abril deste ano, pois ali está a essência da concepção do novo Governo em relação à Amazônia. Portanto, não só a SUDAM e o BASA são importantíssimos nas discussões do desenvolvimento regional da Amazônia, mas a SUFRAMA, que outrora fez parte do mesmo Ministério da SUDAM, e a ELETRONORTE, que tem recursos expressivos para investir na região. Isoladamente, elas não podem debater as formas de investimento na região. Elas sempre têm de ser ouvidas juntas, porque são o sustentáculo da política de desenvolvimento nacional para a região amazônica. Juntas, as ações não serão sobrepostas, mas resultarão naquilo que deve ser implementado.

Chamo a atenção para o que aconteceu com a extinção da SUDAM. Todos vocês acompanharam o que houve. Ela passou por um processo de desgaste. Primeiro de desmoralização, depois de extinção. Com a sua extinção, extinguiu-se o FINAM, que era um instrumento de financiamento do desenvolvimento regional, pautado com a SUDAM. Ao se extinguir a SUDAM, o FINAM ficou suspenso, porque tem vida constitucional até 2013 e surgiram 2 instituições: a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, ADA, da qual fazemos parte da direção, e a Inventariança, que ficou responsável pelos passivos da SUDAM, da carteira do FINAM e do relacionado ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, aos convênios que a SUDAM assinava, aos móveis e imóveis e ao pessoal da extinta SUDAM, que ficou vinculado à Inventariança. Essa instituição está vinculada diretamente ao Ministério da Integração Nacional e à ADA, uma instituição burocrática que surgiu para dar resposta ao povo brasileiro num momento de grande pressão, quando a SUDAM estava sob fogo cruzado injustamente. Quero dizer que fui contra a sua extinção, como também vários de vocês que estão aqui, pois achávamos que ela deveria ser reformulada e não extinta. Mas, já que foi extinta, a resposta institucional que o Governo da época preferiu dar ao povo brasileiro foi a criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, uma instituição que tem missão burocrática, muito



mais de transição, a fim de cumprir uma determinação do Presidente Lula no sentido de recriação da SUDAM. A nosso ver, ela é muito pequena para o desafio que se coloca para a nova SUDAM.

A nova Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia surge num contexto extremamente importante para todos nós. Ela vem principalmente resgatar o planejamento estratégico da região Amazônica, no caso, e pautada na sustentabilidade. Essa concepção de sustentabilidade não pode ser criada por decreto, mas tem que entrar nos corações e mentes de todos aqueles que pensam a Amazônia. A sustentabilidade é um fator, um viés que tem de estar em todas as políticas pensadas para a Amazônia pelo Governo Federal.

Essa nova instituição vem com a missão principal de resgatar esse planejamento estratégico do desenvolvimento regional sustentável. Ela vem para ser a grande articuladora de políticas públicas federais para a Amazônia, porque o problema na Amazônia não era falta de política pública, mas falta de políticas públicas ordenadas, organizadas, que pudessem alcançar o objetivo principal de incluí-la socialmente no contexto nacional e internacional e ser também um grande fórum de coesão dos interesses políticos da região. Se o Governo Federal decide grandes obras para a região, em debate transversal com os outros Ministérios, é importante que esse debate político seja feito na região, para que interesses de Estados "a" ou "b" sejam sobrepostos aos interesses da região.

A SUDAM se pauta também como uma instituição que pode ser a grande articuladora no sentido de fazer essa coesão de interesses políticos da nossa região. Quero deixar claro a vocês que a nova SUDAM não é a instituição do Pará, nem do Mato Grosso, nem do Amapá, mas uma instituição que pensará a Amazônia. Faremos a política da Amazônia e não a do Pará, do Mato Grosso ou do Amapá, de Rondônia, de Roraima ou quem quer que seja. Portanto, todos os Estados estarão contemplados nas políticas pensadas pela nova instituição.

Temos aqui uma proposta do Governo Lula. Todos sabemos que o compromisso de Lula com a região amazônica é tão grande que ele criou um plano de Governo específico, voltado só para a Amazônia. Por S.Exa. conhecer cada um dos rincões da região e os problemas que afligem o seu povo, estabeleceu



compromissos que agora começa a cumprir. O primeiro é a volta de uma política nacional de desenvolvimento regional.

Não devemos nos esquecer da questão da política macro, mas queremos visualizar a Amazônia com uma lupa. Precisamos enxergá-la de forma detalhada e pautar a visão microrregional a uma política nacional. Se houvesse uma política nacional de desenvolvimento regional, a SUDAM não teria sido extinta. Se ela tivesse cumprindo um papel dentro de uma política nacional de desenvolvimento regional, teria sido repensada, mas não extinta. Queremos tratar as sub-regiões com demandas especiais existentes em todas as macrorregiões do País.

Sabemos que o grande problema do Brasil não é a pobreza, mas a má distribuição de renda, as desigualdades regional e social. Vivemos num País tão esdrúxulo que nas regiões consideradas como desenvolvidas — Sul e Sudeste — há bolsões de pobreza piores do que na região amazônica, no Nordeste ou no Centro-Oeste. Há muita riqueza nas mãos de poucos. Isso precisa ser desconcentrado. Precisamos de uma política nacional.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional foi criado para tratar dessa diversidade regional como um ganho, uma questão extremamente positiva, e para formatar essa política nacional de desenvolvimento regional.

A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional é extremamente importante. Obviamente, o Congresso tem a prerrogativa de estabelecer essas questões. Gostaria que esse Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional fosse mantido da forma como foi formatado inicialmente, porque financiará o desenvolvimento sustentável nas regiões menos desenvolvidas.

Tenho certeza absoluta de que o Ministério da Integração Nacional é a favor dessa política nacional de desenvolvimento regional, um instrumento extremamente importante para se fazer uma política de distribuição da riqueza nacional. A própria concepção está pautada também em cima desse Fundo de Desenvolvimento Nacional e Regional.

O Presidente Lula demonstrou o compromisso de recriação da SUDAM ao assinar a lei complementar e encaminhá-la a esta Casa, a fim de que os senhores a debatam profundamente no sentido de melhorá-la no que for preciso.



Tudo da Amazônia é superlativo, é mais, é maior. Portanto, é preciso haver uma visão mais específica, porquanto ela tem 21 milhões de habitantes que precisam trabalhar, viver, ter acesso à saúde, à educação e a políticas públicas.

Na Amazônia está a maior reserva de floresta tropical do mundo, a maior bacia hidrográfica, 20% da água doce, 30% da biodiversidade. Tudo o que se fala da Amazônia é superlativo, como já disse meu amigo Mâncio, quando tomou posse — tirei isso de seu discurso de posse.

Quanto às concepções da nova SUDAM, fala-se em nova concepção de desenvolvimento. Não queremos mais só desenvolvimento econômico. Queremos muito mais do que isso. A concepção anterior era esta: desenvolvimento econômico puro e simples. Hoje se percebe que o desenvolvimento econômico tem de estar muito entrelaçado, muito próximo do desenvolvimento social, da distribuição de riquezas, da justiça social, do acesso a políticas públicas sociais. Queremos desenvolvimento social também, além de desenvolvimento econômico, social e sustentável.

A nova concepção de planejamento é o planejamento participativo, portanto, aberto ao diálogo. Esse é o principal papel. Quero que os senhores ressaltem isto — é um pedido meu na lei complementar: não tirem essa missão, ao meu ver principal, da nova instituição, que é o resgate do planejamento estratégico da região. Temos de pensar a Amazônia para os próximos 10 anos. Além disso, a SUDAM deve ser articuladora das políticas públicas voltadas para a região. Acho que essas são, sem dúvida, as grandes missões que a nova SUDAM terá.

As novas teorias de desenvolvimento regional referem-se ao papel da inovação na dinâmica regional, que é o desenvolvimento endógeno, ou seja, pensar a Amazônia sob uma lupa. Não renegamos a macrorregião, pois precisamos de políticas macrorregionais, mas que ela seja visualizada de forma micro, de forma específica, dando grande importância ao desenvolvimento local, ao desenvolvimento endógeno.

O formato proposto é o perfil institucional. Hoje, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, ADA, é uma grande burocracia. A nova SUDAM vem como uma grande instituição, promotora e articuladora de políticas públicas. Não seremos executores dessas políticas. Vamos articular, promover debate, incentivar,



dialogar no sentido de viabilizar sempre as políticas públicas, mas não seremos seus executores.

Uma grande instituição, com uma grande missão, precisa, obviamente, ser pautada também em valores importantes, como a ética, a moral a transparência, o diálogo com a sociedade, o planejamento participativo, mas precisa ter recursos. Apelo as senhores, portanto, que garantam que a nova instituição tenha recursos para investir no desenvolvimento regional. Só diálogo, só debate não nos vai levar a lugar nenhum. Vamos inovar, obviamente, mas, se não houver recursos, de nada adiantará. Quem planeja precisa de um mínimo de recursos para colocar em prática o que está planejando. Então, pensem numa forma de garantir que tenhamos recursos suficientes para que promovamos desenvolvimento e o financiemos por meio de uma grande instituição como o BASA.

Para que a nova SUDAM tenha recursos significativos, precisará, obviamente, de apoio político e competência técnica. Precisamos resgatar a consolidação política. A nova instituição deve ter esse apoio político e uma grande competência técnica. Só assim resgataremos os papéis que sempre foram da SUDAM e agora estamos tentando reforçar.

A missão da nova SUDAM tem duas dimensões: a política institucional e a política socioeconômica. Estão pautadas todas duas na articulação, fomentação e cooperação das forças sociais representativas para promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia e a integração competitiva da base econômica da região nos mercados nacional e internacional.

Com relação às finalidades, usaremos os verbos promover e atuar. A nova instituição está-se prontificando a promover o desenvolvimento, a atuar como agente do sistema de planejamento nacional e a articular as ações dos órgãos públicos — acho que essa missão é fundamental e tem de ser reforçada. Peço a esta Casa, por favor, que nos ajude no sentido de formular planos e propor diretrizes, coordenar programas de assistência técnica e financeira internacional, apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados, principalmente nas áreas de infraestrutura econômica e social, que são as nossas externalidades.

Ao visualizar a Amazônia de forma específica, veremos as necessidades daquela região para atuar, apoiar as externalidades, tornar possível aquela proposta,



a vocação daquela região para o seu desenvolvimento. Também poderemos financiar a infra-estrutura econômica e social; a capacitação de recursos humanos; a inovação e difusão científica e tecnológica; políticas sociais, culturais e ambientais, integradas a partir da perspectiva do desenvolvimento local, olhando a região no que é necessário para o desenvolvimento daquele pedacinho da Amazônia; estimular, por meio da administração de incentivos, os investimentos privados prioritários.

Vocês estão vendo que não é um projeto de exclusão. Estamos incluindo. Não estamos tirando, o que a SUDAM fazia antes. Só que agora com os cuidados necessários, para que também não aconteça o que aconteceu na antiga SUDAM. Continuaremos estimulando, por meio da administração de incentivos, os investimentos privados na região. Estão aí os nossos papéis. Isso é apenas um reforço do que já foi apresentado anteriormente.

Quanto à organização básica da nova SUDAM, ela terá um conselho deliberativo e comitês gestores. Havia ainda uma proposta de Secretaria Executiva, o que foi retirado na proposta dos Governadores. Agora a proposta é de uma diretoria colegiada, que considero mais abrangente e participativa.

Os nossos instrumentos principais de atuação serão o indicativo, o normativo, o institucional e o operacional. O indicativo é o que vem do CONDEL, que pensará, a partir de agora, as grandes diretrizes de desenvolvimento para a região. O normativo é o plano estratégico para a região, a ser pensado 10, 15 anos na frente. Há ainda a proposta anual de alocação dos recursos do FNO. Com a desmoralização da SUDAM, essa missão passou para o Ministério da Integração Nacional. Existe a possibilidade agora de a SUDAM voltar a ser a instituição que utiliza, com um debate amplo e com o BASA, esse instrumento normativo, que é discutir as diretrizes macro de alocação de recursos do FNO.

É preciso fazer um zoneamento econômico-ecológico, mas que seja estratégico. Não é aquele zoneamento econômico-ecológico de que todo mundo fala em tudo quanto é lugar e que todo mundo sabe que tem que fazer, e ninguém faz. Esse será estratégico. Há que se verificar onde é preciso fazer imediatamente o zoneamento econômico-ecológico e investir recursos no sentido de fazê-lo. É uma política macro para a região. É preciso ver onde estão os problemas e onde é preciso fazer de imediato o zoneamento. Não se pode esperar que se faça um



zoneamento econômico-ecológico amplo, da região toda. Se não se fizer da região toda, não sai. A nossa proposta é estratégica: nos locais onde for necessário fazer imediatamente um zoneamento econômico-ecológico, que a nova SUDAM debata de forma articulada, que seja feito imediatamente, para que o Governo Federal tenha uma inserção nessa região.

Há ainda os instrumentos institucionais, que são os fóruns de financiamento e os comitês de articulação, os operacionais, o de financiamento e os incentivos fiscais, bastante debatidos aqui ontem com o Ministro.

Por fim, essa lei complementar precisa obviamente de melhorias. Peço insistentemente aos senhores que analisem o art. 3º e mantenham essas finalidades, que, para nós, são extremamente importantes. Alguns artigos determinam os instrumentos de ação da SUDAM. Assim, peço apoio aos senhores para que esses instrumentos de ação sejam valorizados, ratificados, esclarecidos, se for o caso, mas que os senhores permitam-nos ter esses instrumentos, inclusive os dos fundos, que são muito importantes para que fomentemos essa política de desenvolvimento.

Gostaria que os senhores analisassem bem os arts. 9º, 10 e 11, de forma a manter o que está na proposta e até ampliá-la, a fim de melhorar a nossa atuação. Esses são os artigos que fortalecerão a possibilidade de colocação em prática de toda a política de planejamento a ser pensada.

Agradeço a possibilidade de estar com vocês. A partir de agora, estamos abertos ao debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Agora iniciaremos os debates.

Com a palavra o Relator para a mensagem governamental. V.Exa. dispõe de 10 minutos, na forma regimental.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar os nossos convidados, a companheira Maria do Carmo e o companheiro Mâncio. Percebe-se que os senhores estão entrosados. Quero saudar também os Drs. Pepeu e Djalma, diretores da ADA. Da mesma forma, quero agradecer ao Sr. Hildegardo e à Dra. Tânia a presença. Eles têm grandes responsabilidades nesse processo.



É bom esclarecer que esta Comissão também decidiu fazer audiências públicas em todos os Estados da Amazônia, com o intuito de ampliar ainda mais algo que já fora provocado e mobilizado pelo Ministério no processo do debate da constituição da nova SUDAM. Isso é fundamental para quebrarmos a lógica histórica de que as nossas regiões eram pensadas sempre a partir do poder central de Brasília, com visão tecnocrata e burocrática. Agora, espero que realmente possamos dizer que os amazônidas podem pensar a sua própria região. Estamos fazendo um esforço no sentido de ampliar a participação de todos nesse processo de auscultar os setores vivos e organizados da nossa região.

A nossa geração de Parlamentares, de representantes políticos da nossa região, embora alguns tenham cabelos brancos, é nova. Vivemos um momento importante da vida política do País. A conquista da democracia e de governos cada vez mais democráticos e populares é um legado muito importante para a nossa geração. Uma das grandes tarefas nossas aqui é sair da identificação, do prognóstico e concretizar as respostas de que a nossa região precisa.

Quando eu ainda estava me movimentando na oposição sindical dos gráficos, lá no Pará, passei 12 anos numa gráfica financiada pela SUDAM. Naquela época se pensava assim: o sul vai ao norte, ou seja, os grandes projetos dos ricos da Região Sul desenvolveriam a nossa região. Era uma visão muito mais de crescimento do desenvolvimento. Quase não se incluiu nada, porque lá se implantavam os grandes projetos, mas o processo de inclusão dos 21 milhões de brasileiros da Amazônia era e é o grande desafio, ao meu ver.

Houve métodos equivocados no processo de financiamento. No meu Estado, por exemplo, são famosas as grandes agropecuárias BRADESCO, BAMERINDUS, Volkswagen, que eram instrumentos para se implantar grandes projetos, mas que eram verdadeiras transferências para os próprios grupos econômicos internos ou grandes empresas da Amazônia. Até o FGTS dos trabalhadores era gerido a partir da Avenida Paulista, sem grandes conseqüências para a economia da nossa região.

Quem financia agora o novo desenvolvimento? Ficaremos correndo atrás do Orçamento da União, um instrumento de contingenciamento? De onde virá o financiamento? Esse é o grande debate. Inclusive, ontem, esse debate foi provocado aqui com o Ministro. Devemos reafirmá-lo cada vez mais. O dinheiro é curto. Então,



onde buscar esse financiamento? Qual o instrumento institucional de política pública capaz de assegurar a inclusão de 21 milhões de pessoas, sendo o pequeno e o médio produtor a base desse desenvolvimento?

Há uma segunda questão que quero levantar no debate. Parece-me que ontem ficou claro que o planejamento estratégico tem como esteio os planejamentos estaduais. Os Governadores são presenças importantes nesse modelo.

Quero levantar uma questão aqui e provocar a Maria, que está no planejamento da região, e também a Dra. Tânia, que é a grande pensadora e estudiosa desse assunto. Sempre se pensou o desenvolvimento de cima para baixo. Os vários organismos na região são totalmente dispersos entre si. Os próprios organismos federados às vezes têm políticas conflitantes, vide INCRA e IBAMA, os sobreamentos nos vários organismos ou nas instâncias federal, estadual e municipal.

Qual é o formato dessa instituição planejadora estratégica da região, para se levar em consideração o conjunto dos organismos federais e estaduais? A meu ver, a provocação é: qual o papel do poder local? Dadas as grandes diversidades da região, vocações localizadas em microrregiões e até diversificadas em cada Município, qual é o formato que pode levar em consideração o papel do poder local, levando em conta a vocação de cada Município, de cada microrregião, etc.? Ao lado disso, há um desafio muito grande, pois quase sempre há falta de capacitação, de visão, de concepção a partir dos poderes locais. Assim, devemos estar também preparando, capacitando ou articulando essa questão.

Portanto, a participação do poder local no planejamento estratégico é fundamental para abandonarmos a visão de cima para baixo e pensarmos em planejamento de baixo para cima, com a inclusão dos pequenos e microprodutores dos Municípios. A partir disso vem o debate sobre a composição do Conselho, que me parece estar implícita na questão do formato.

Por último, só os grandes projetos, os grandes grupos tiveram acesso ao financiamento. Devemos encontrar um modelo que, com a simplificação da burocracia, permita aos pequenos e médios acesso imediato a financiamento capaz de apressar o processo de desenvolvimento, assim como devemos encontrar



instrumentos que permitam aos pequenos e médios projetos também participar do desenvolvimento.

Naturalmente, há muitas indagações, que deixo aos Deputados quando de suas intervenções. Entendo que me cabe mais ouvir do que falar. Com a ajuda de todas as audiências públicas, farei um relatório capaz de responder concretamente aos problemas e às aspirações de nossa região.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Há 7 inscritos. Pergunto aos convidados se preferem responder as intervenções uma por uma ou de 3 em 3.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA - Sra. Presidenta, sugiro que ouçamos os 7 inscritos, em bloco, dispondo cada um de 3 minutos, e que lhes seja dado o direito à tréplica, se for o caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Perfeito.

Com a palavra o próximo inscrito, Deputado Raimundo Santos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO SANTOS - Meus cumprimentos ao Deputado Átila Lins, Presidente, ao Deputado Paulo Rocha, Relator, ao Sr. Mâncio Lima Cordeiro, Presidente do BASA, à Sra. Maria do Carmo Martins, Diretora-Geral da ADA, às Sras. e Srs. Deputados e aos demais convidados.

Sei que o tempo é exíguo, mas, já que estou tendo o privilégio de ouvir o representante do Banco da Amazônia, não posso perder a oportunidade de aqui destacar que tenho carinho especial pelo BASA. Nele fui estagiário aos 17 anos, em Abaetetuba, auxiliar aos 18 anos, em Paragominas, e escriturário por concurso público aos 19 anos, em Belém. O BASA foi a maior escola que tive na vida. Lembro-me de que, quando me tornei escriturário, quem comandava o Departamento de Pessoal, ainda muito jovem, era o Sr. Hélio Graça, que com muita competência sempre conduziu todos os trabalhos naquela instituição.

Parabenizo o novo Presidente do Banco, em cuja posse estive presente e pude ouvir seu belíssimo discurso. Sei que é com muita competência e esmero que está conduzindo os destinos da instituição.

Também não posso deixar de mencionar que a Sra. Maria do Carmo é minha conterrânea de Santarém e seu pai, Sr. Everaldo Martins, foi médico de minha família e amigo de meu genitor, tendo prestado grandes serviços a toda a



comunidade santarena. Já era eu conhecedor da competência da Sra. Maria do Carmo desde os tempos em que assessorava politicamente o Deputado João Batista, na Assembléia Legislativa, posteriormente como Deputada e como membro do Ministério Público. No entanto, surpreendeu-me hoje seu discurso tão qualificado, em que demonstrou tamanho conhecimento de causa — uma verdadeira aula.

Queria que meus minutos começassem a ser contados a partir de agora, Sra. Presidenta. Permita-me a excepcionalidade.

Ontem, o Ministro Ciro Gomes nos deu uma aula, minha querida Maria do Carmo, e durante sua exposição tive conhecimento de que o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia está sendo gestado pelos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente. Isso mostra que o Governo Lula destinou um papel estratégico para a região amazônica no sentido do desenvolvimento do Brasil a partir das potencialidades dos recursos naturais da região, das habilidades produtivas da população, dos serviços ambientais prestados ao País e ao planeta. A SUDAM será o cérebro desse planejamento para desenvolver a região. Um dos instrumentos básicos apresentados pelo Ministro é que a Superintendência deverá se preocupar em produzir o zoneamento econômico-ecológico para responder às grandes questões das cadeias produtivas, da preservação com estudo, ciência e tecnologia.

Nesse sentido, faço uma indagação sobre o que está sendo pensado em termos de recursos, do percentual para se fazer esse zoneamento. Já que se falou em preservação, o Ministro também mencionou que há regiões que deverão ser 100% preservadas, mas nem por isso perderão sua capacidade produtiva, como há outras regiões onde a preservação pode ser bem mais que 20%, 30% ou 40%. Daí a importância desse grande instrumento básico.

Outra questão que deixo aqui e foi tratada ontem de forma muito destacada, até pelas perguntas de alguns Deputados, é a pesquisa. O nosso Relator certamente está aquilatando, até abriria um espaço para parabenizá-lo, ouvir os segmentos de todas as regiões sobre a pesquisa. Está sendo pensado algum valor, algum percentual? Qual o critério para verificar a pesquisa, porque precisamos de investimentos em infra-estrutura, investimentos produtivos, mas isso também deverá



vir com o conhecimento da região que não prescinde da pesquisa, do envolvimento das universidades, da EMBRAPA e de outras entidades afins.

A região amazônica tem uma vocação para culturas perenes. É importante que as espécies regionais sejam contempladas com a pesquisa. Só para citar um exemplo, para terminar, meu caro Presidente, o nosso açaí, lá da Amazônia, hoje está sendo exportado para os Estados Unidos e para o mercado oriental. O grande gargalo é saber como produzir o açaí na entressafra, porque nessa época a lata de açaí que custa 4 reais vai a 25, 30 reais. Conversava com técnicos da EMBRAPA que diziam ser fundamental a pesquisa.

Para concluir, ontem fiz uma pergunta, minha querida Dra. Maria do Carmo, ao Sr. Ministro sobre a afirmativa de que a SUDAM estará contemplando projetos de microempresários, de firmas individuais, de limitadas e não somente médios e grandes projetos. Questionei e lhe fiz uma indagação se seria possível ter alguma garantia de um espaço maior para esses pequenos empresários, já que o próprio Ministro citou que, de cada 10 empregos, 7 são gerados por esses pequenos empresários. Deixo essa reflexão e um questionamento sobre isso.

Meu caro Dr. Mâncio, ontem o Ministro disse que o Banco da Amazônia hospedará os recursos que serão investidos a partir do planejamento da SUDAM, mas que a operação, segundo a visão que S.Exa. tinha, deveria ser descentralizada. Citou o exemplo de uma cooperativa do interior, lá de Xapuri, que poderia ser, de repente, a que liberaria esses recursos a partir de uma operação casada com o Banco da Amazônia. Qual a visão que S.Sa., como Presidente do Banco, tem a respeito dessa posição? O BASA, como grande fomentador do desenvolvimento, deveria continuar único ou esse pensamento do Ministro é importante?

Finalizo neste ponto. Tenho muito mais questões a fazer, mas deixo para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, saúdo os nossos convidados, meu amigo e conterrâneo Mâncio e a nossa companheira Maria do Carmo.



Ontem, um dos debates interessantes na SUDAM foi acerca da reivindicação de transferência da sede da SUDAM para Brasília. Como eu era a 18ª inscrita e tinha outros compromissos, não pude ficar até o fim do debate. Entretanto, considero absurda uma reivindicação como essa, pois se trata de mais uma discriminação à Amazônia.

Um dos argumentos levantados foi que a maioria dos vãos interestaduais da Amazônia passam por Brasília. Espero que a nossa SUDAM tenha a capacidade de discutir, inclusive, a aviação na Amazônia. Na minha opinião, isso é um desastre. Estamos correndo risco de grande desastre. Contudo, nós estamos nos juntando a Parlamentares de outros Estados para fazer essa discussão na Comissão da Amazônia.

Também sou favorável a que as instituições federais de caráter regional estabeleçam suas sedes em rodízio, o que acho justo. Já que não existe a Capital da Amazônia, como há a Capital do Brasil, que tenhamos capacidade de fazer esse debate. Por que o BASA não pode ficar 2 ou 3 anos com sede estabelecida num Estado e depois em outro Estado, para garantir e acelerar o desenvolvimento? Acho que até para o Presidente Mâncio esse período inicial teria sido muito melhor no Acre, já que S.Sa. é de lá. Seria uma fase de adaptação.

Precisamos começar a nos abrir para esse debate, a fim de que as instituições regionais possam estabelecer sedes provisórias em Estados, na forma de rodízio. Isso propiciará o desenvolvimento do Estado e acabará com a especulação de que, como o BASA e a SUDAM estão em Belém, o beneficiado seria sempre o Pará. Embora discorde disso, acho que essa decisão nos ajudaria. Precisamos estar abertos a esse exercício.

No Acre, no debate que houve com a SUDAM e os segmentos organizados, foram levantadas algumas questões. *“O projeto que o Governo mandou para a Casa é muito vago. Ele enxugou tanto, que ficou vago demais.”* Esta é a avaliação de alguns empresários e do Secretário de Estado. O projeto não teria amarrado algumas questões importantes. Foi levantada ainda, por exemplo, a situação dos fundos. Na opinião dos debatedores, precisamos definir melhor no projeto a questão dos fundos.



Gostaria de ouvir a opinião dos 2 convidados acerca do projeto como um todo. Ele realmente precisa ser melhor esclarecido. Os empresários, por exemplo, também consideram que o projeto precisaria estar mais claro e que seria necessário garantir outras fontes de captação de recursos para a SUDAM, a qual deveria estar aberta ao capital privado, inclusive de outras regiões desenvolvidas do País. Trazer esse capital para uma região como a nossa ajudaria o nosso desenvolvimento, porque, segundo acreditam os empresários, a SUDAM não pode ser uma grande superintendência contando apenas com o capital público, levando-se em conta a situação do País.

Dirijo uma questão mais específica ao BASA. No Acre, houve a reivindicação da presença do BASA no Conselho da SUDAM. Queria ouvir a opinião do Presidente do BASA sobre isso. Qualquer que seja a resposta, quero ouvir também como pode ser feita a parceria entre o BASA e a SUDAM.

Tenho de ausentar-me para ir a uma reunião da CPI da SERASA. Tentarei inscrever-me e voltar para ouvir as respostas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Com a palavra o ilustre Deputado Dr. Rodolfo Pereira, em permuta com o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO DR. RODOLFO PEREIRA - Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente, Deputado Átila Lins, a Dra. Maria do Carmo, da ADA, nosso companheiro Presidente do BASA, Dr. Mâncio Lima Cordeiro, o Deputado Paulo Rocha, Relator desta Comissão Especial, Senadores e colegas presentes, quando se trata de BASA e SUDAM, gosto de ficar mais restrito às questões de Roraima. Num dia desses, tive a idéia de entrar com um pedido em algum lugar para que Roraima fosse tratada de forma diferenciada dos outros Estados.

Na verdade, queria procurar a defesa dos direitos humanos, para que Roraima fosse tratada como minoria, por ser tão pequena em relação aos demais Estados da Amazônia, em todos os segmentos, tanto nas participações dos órgãos federais como nos recebimentos dos recursos. Teríamos melhor reivindicação se estivéssemos incluídos na lei de minorias do nosso País.

Começamos a tratar da questão de igualdade dentro dos órgãos, como falaram a Deputada Perpétua e outro Deputado. Ontem, com o Ministro Ciro Gomes,



também foi abordada a mesma questão. Tentamos buscar uma forma para que os empresários, os microempresários, os índios e os assentados de Roraima possam ser contemplados nas suas reivindicações no BASA e na SUDAM, da mesma forma que foram os paraenses, os amazonenses e os acreanos. Temos imensa esperança no Governo Lula, porque já percebemos algumas mudanças.

O BASA do meu Estado, hoje, não é mais aquele banco que só presta para pagar luz e liberar financiamento para pessoas ricas, mas já começa a ter uma visão diferenciada, desde o início do Governo Lula.

Com relação à SUDAM, temos alguns medos. Vimos que a sua estrutura está muito aberta à discussão, mas temos receio de que acabe sendo remontada para atender novamente aos Estados que possuem um poder político maior na Amazônia. Portanto, estamos apenas alertando, para que se busquem, Dra. Maria do Carmo, nesse processo de formação da SUDAM, fórmulas que dêem prioridade e igualdade a Estados mais pobres, como o nosso.

A outra questão que deixei ao Ministro Ciro Gomes foi que 60% da área do meu Estado é ocupada por indígenas. Em cada Estado, esses índios trazem uma particularidade muito interessante. Eles não são primitivos, nem vivem na mata. Sou descendente deles. Nasci lá, e vivemos num lavrado, onde não podemos explorar madeira. Temos capim, algumas plantas que não dão nenhuma fruta, rios e terra de solo muito pobre.

A população indígena que vivia nessa região veio se aprimorando e se aproximando de uma outra sociedade não índia. Hoje, há comunidades indígenas, como Raposa Serra do Sol, Flexal, Pontão e outras, que há o segundo grau, há extensão da universidade, água encanada, luz e estradas. Há médicos, agrônomos, advogados, Prefeitos, Vereadores e sociólogos índios. Não há mais como formar uma política para voltar àquela questão primitiva. A prova disso foi agora no PPA indígena. Eles não nos pediram que a política fosse voltada para não discriminar e demarcar suas terras. Eles estão nos pedindo tecnologia sustentável para desenvolver uma qualidade de vida, de modo que lhes permita alimento, perspectiva, podendo participar social, econômica e politicamente do Município onde vivem.



Na política da SUDAM para desenvolvimento regional para todos, não vi que os índios teriam os mesmos direitos dos não-índios.

No BASA já se inicia um processo de financiamento para as associações agrícolas indígenas, um projeto de incentivo à agricultura familiar ainda muito pequeno e temeroso, pois não fixa garantias, a não ser a viabilidade do cultivo de algumas culturas, como a da comunidade Flexal, que há 30 anos vem colhendo o melhor e a maior quantidade de feijão em Roraima.

Qualquer pessoa percebe que o índio não é caloteiro, vive sempre na terra e não muda de lugar, portanto apto a obter financiamentos, pois pagaria corretamente suas contas e ajudaria na produção de alimentos e na economia do Estado.

Ressalto a questão do índio porque não somos indigenistas, somos realmente índios em Roraima. Hoje a maioria das terras produtivas é dos índios, que se encontram em um patamar acima ao dos colonos assentados pelo INCRA. Essa porção de 30% da população do Estado não pode de forma alguma ficar de fora dos incentivos do Governo ao desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia. Certamente, Roraima seria lesada nesse processo.

Deixo portanto essas recomendações, até para ampliar o leque de possibilidades dos tomadores de decisão da SUDAM, SUFRAMA e BASA a respeito de toda política destinada ao Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente do Banco da Amazônia, Sr. Superintendente da SUDAM, meus colegas Parlamentares, procuro trabalhar em uma linha de balanceamento, não sou uma pessoa de extremos, nem muito ao norte nem muito ao sul. É fácil ver que a vida do povo brasileiro melhorou. Hoje a expectativa de vida está na faixa de 70 anos, ao passo que há cerca de 100 anos era de 33 anos.

Gostaria de iniciar minha intervenção referindo-me às ponderações da Maria do Carmo. Sempre imaginei que a SUDAM fosse o núcleo da inteligência amazônica, onde se trabalhava um planejamento estratégico para a região. Concordo plenamente com a observação de S.Sa. na medida em que tivemos



recursos financeiros e humanos, mas faltou-nos uma coordenação entre as ações. No próprio Governo do Estado havia um planejamento para a área agrícola, outro para a área econômica, e os 2 não se comunicavam. No Município ocorria o mesmo, e no âmbito do Governo Federal, mais distante, o Banco da Amazônia tinha um planejamento para a Amazônia, diferente do Banco do Brasil, por sua vez diferente da SUFRAMA, da SUDAM e assim por diante. Os governos do Estado tinham de decidir o processo para que se trabalhasse de forma comum, até como forma de maximização de resultado e minimização de riscos.

Levantei minha voz no Congresso Nacional, uma voz que se rebelou contra o processo de extinção da SUDAM. Não entendia o porquê de se preservar a SUDENE. Disse, na época, que SUDAM e SUDENE eram siameses nos acertos e nos erros, sendo que a SUDENE havia sido a professora da SUDAM. Eu imaginava que os acertos deveriam ser aprimorados e os erros corrigidos em fórum próprio. Acreditava que para se combater o carrapato não se deveria matar a vaca.

Lembro-me muito bem de que fiz questão de participar dessas discussões e fazer uma peregrinação. Em todo lugar que Ciro Gomes fazia uma palestra eu lá estava ao seu lado. E S.Exa. esteve na SUDAM, participou de audiências públicas nesta Casa, até que um dia me chamou e pediu-me para dizer aos meus amigos e ao povo de lá que a SUDAM também seria preservada, pois o Presidente havia dado a ele a incumbência de reativá-la. Nunca divulguei isso nos jornais, até porque, naquele momento, tratava-se de uma missão cumprida.

À época da primeira exposição sobre a nova SUDENE, realizada no Ministério da Integração Nacional, pela Dra. Tânia Bacelar, fiz questão de reclamar da SUDAM. E mais: como contribuição à exposição, sugeri que na nova SUDENE esse crédito, que só se direcionava ao grande, também chegasse ao pequeno. Ouvi com muito agrado o acolhimento a esse pedido.

Penso que a missão não é fácil. Será preciso desenhar uma nova estrutura, não o tipo de estrutura imaginada pela pessoa que antecedeu V.Exa. — a quem dedico todo o respeito, pois não o conheço e nunca o vi —, que, talvez por não ter um comprometimento com a região, achou por bem simplesmente extinguir a SUDAM, em vez de recuperar esse instrumento de alavancagem do processo de desenvolvimento da região.



Puxarei a sardinha para o meu trabalho. Eu já era Superintendente do Banco do Brasil no Rio de Janeiro quando fui designado para o Banco da Amazônia, que passava por uma situação muito delicada. Para mim seria muito mais cômodo fechar o Banco da Amazônia, aliás o Governo determinou que eu fizesse isso. Porém, em reunião com o Banco Central, eu disse que não me prestava ao trabalho de verdugo, se quisessem alguém para demitir os funcionários e extinguir o Banco da Amazônia que buscassem outra pessoa, porque eu tinha um horizonte para aquela instituição.

É certo que estamos falando 12, 13 anos depois do ocorrido. Quando dos primeiros financiamentos do FNO, o maior programa de inclusão social da América Latina, que serviu de estribo inclusive para o PRONAF e o PRONAFE — implantados com grande sucesso no Governo anterior —, não existia um produtor de muda ou de semente selecionada na Amazônia; não existia uma Prefeitura que tivesse um técnico agrícola, um engenheiro agrônomo ou um veterinário em seus quadros para assistir ao segmento produtivo. Essa empresa, agora alavancada com recursos, pois a economia encontra-se em outro cenário, teve uma injeção de recursos muito grande e hoje beneficia 4 mil produtores rurais.

O Banco da Amazônia teve e tem o seu papel, 90% de seus créditos estão direcionados ao pequeno e miniprodutor num projeto de inclusão social, enquanto no Centro-Oeste 90%, 95%, quase 100% do FCO estão orientados para o grande produtor — num projeto vitorioso, pois diversificou a produção e trouxe-lhe tecnologia. O Mato Grosso foi, há 30 anos, em meu tempo de Banco do Brasil, o maior problema do banco em termos de anormalidade e inadimplência. Em 30 anos transferiu-se o celeiro de grãos do Sul para o Centro-Oeste. São conquistas obtidas passo a passo.

Quando trabalhamos aqui anteriormente e conseguimos recursos para o Fundo da Marinha Mercante, oferecemos ao Banco da Amazônia a administração desse fundo. Na ocasião, dentro do cenário econômico do banco, isso não lhe foi conveniente. Vejo hoje com muito agrado a disposição do banco em ser o agente financeiro desse fundo. São 25 mil quilômetros de rios navegáveis na Amazônia. Precisamos modernizar o sistema de transporte da Amazônia. Dizem os estudiosos que um caminho para desenvolvermos a América do Sul seria a Bacia do Prata, o Porto de Buenos Aires, e o outro caminho seria a Bacia do Rio Amazonas, o Porto



de Belém. Vejo esse processo com muita satisfação, principalmente imaginando um cenário onde estará presente a questão das hidrovias, com o rodofluvial.

O apoio à pesquisa é fundamental. Quando me propus a criar a Comissão da Amazônia, a fase que mais me animou e motivou foi a que explicitiei no projeto: a Amazônia precisa da inteligência do povo brasileiro, e nós, brasileiros, precisamos aprender a valorizar o seu desenvolvimento sustentável. E são as portas do conhecimento e do saber que irão trabalhar a favor do processo de crescimento, de desenvolvimento e de bem-estar da comunidade.

Temos a região ribeirinha, o extrativismo, a pecuária. Ontem ouvi com muito agrado o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, dizer em uma palestra que o Ceará está exportando 200 milhões de pares de calçados. Tenho certeza de que muitos dos sapatos que estão sendo exportados são feitos do couro do boi criado no Pará, o melhor boi do Brasil. Geralmente só há um ferro: o do dono. E mais: não há berne nem sarna. É uma peça fantástica.

Não sou dos que acreditam no processo da auto-suficiência em tudo na Amazônia. Aliás, acho um erro de planejamento estratégico o Brasil querer ser auto-suficiente em automóveis, navios, aviões, em tudo. Talvez, se o País tivesse valorizado sua vocação agrícola, a mesa dos ricos não teria espaço para um país chamado Brasil.

Chegará o momento em que vamos direcionar um modelo para a Amazônia e sobre ele trabalhar. Entendo os reclamos do colega de Roraima, pois fiquei grisalho, dei toda a minha juventude, minha maturidade ao Banco do Brasil e depois fui emprestar minha experiência ao Banco da Amazônia. Já sou uma pessoa bem usada, mas o Banco do Brasil já tinha uma preocupação de assistir às comunidades indígenas, o que é mais do que justo, seja no crédito de custeio, seja no desenvolvimento, seja no artesanato, enfim, em tudo.

Quando fui Superintendente do Banco do Brasil no Acre, o próprio banco assistiu às comunidades indígenas daquele Estado e também as do Pará.

Portanto, as conquistas são feitas por etapa, tijolo por tijolo. O que ocorreu na SUDAM, devemos pedir a Deus que nunca mais aconteça. Mas também não devemos ter a memória curta, porque todo esse processo não se iniciou agora, mas na Avenida Paulista, há muitos anos, já eivado de vícios. Já tivemos os 17,5% da



SUDAM, já tivemos o tempo dos 10% na SUDAM, mas queria registrar que foram atos de uma minoria. A maioria do funcionalismo da SUDAM merece todo o meu respeito, porque são pessoas sérias, competentes e honradas.

Vejo com satisfação o Dr. Djalma, estudioso da Amazônia e que vai ajudar-lhe muito, Dra. Maria do Carmo. Conheço o potencial de trabalho dessa pessoa, e foi um acerto muito grande do Governo levá-lo, até como forma de mesclar a diretoria. Ele vai para o Amazonas, e tenho certeza de que irá colaborar com a administração da senhora.

Uma preocupação quero deixar registrada. A questão do pequeno produtor na Amazônia é um desafio com o qual procuramos aprender a conviver. Para beneficiá-lo, criamos um instrumento: o FNO especial. Os primeiros FNOs especiais liberados foram no Acre, mais especificamente em Brasiléia, nos Estados de Rondônia e do Pará.

O cenário hoje é completamente diferente, porque esse instrumento de desenvolvimento tinha como base uma transferência de renda da sociedade para esse grupo de produtores, numa taxa de juros e até de capital negativos.

Sr. Presidente, deixo como observação o seguinte: a propósito dos grandes empreendimentos, acho que estamos na etapa de mesclá-los com os pequenos produtores, a exemplo do que está fazendo a Socôco e a Agropalma, diferentemente do que ocorreu com os projetos financiados pelo BNDES, como em Oriximiná e no sul do Pará, onde se criou um espaço para sustentar a nobreza — em alguns lugares há até um portão para separar a pobreza. Esses empreendimentos trouxeram mais problemas sociais do que bem-estar para a comunidade. Aumentaram a prostituição e os problemas de saneamento, energia, moradia, etc.

Esses grandes empreendimentos devem ser mesclados com a participação dos pequenos, sim, mas sobretudo tendo a preocupação com o bem-estar da comunidade local — repito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Com a palavra a Deputada Terezinha Fernandes. Em seguida, o Deputado Asdrubal Bentes.

A SRA. DEPUTADA TEREZINHA FERNANDES - Sr. Presidente, saúdo nossos convidados. A companheira Maria do Carmo fez uma belíssima exposição,



bem como o Sr. Mâncio, que falou sobre o Banco da Amazônia. Cumprimento também a Dra. Tânia Bacelar pelo esforço que vem realizando no sentido de reconstruir e repensar a política de desenvolvimento regional a partir de uma visão nacional, o que é muito importante para nós que compomos esta Casa.

Com relação à SUDAM, tanto a antiga quanto a nova, há 3 aspectos sobre os quais tenho refletido muito: planejamento, financiamento e controle social. Essas são 3 grandes questões nas quais me tenho detido e com as quais me tenho preocupado.

Precisamos aprofundar muito a discussão em torno dessa nova realidade que começamos a viver.

O planejamento, na verdade, é pensar na região enquanto região, é pensar no desenvolvimento integrado da região, é combater as diferenças regionais e as diferenças entre os Estados, a fim de que não ocorra o que infelizmente aconteceu no passado. Naquela época não tínhamos uma política integrada, e aí cada empreendedor que queria investir na Amazônia pensava em algo e ia buscar o financiamento. Assim, financiava-se sem saber de fato a necessidade de investimento da região.

Devemos pensar de forma integrada. No financiamento deve-se incluir tanto o grande como o pequeno, como dizia ontem o Ministro. Isso é fabuloso, porque vamos procurar integrar uma grande população que hoje está excluída e que se constitui num problema para o qual o Governo busca uma saída. A solução seria integrar esses milhões de brasileiros abandonados à própria sorte. É fundamental que observemos isso nesse novo órgão cuja formação estamos discutindo.

Com relação ao financiamento, precisamos ter muito claro — como disse o Deputado Paulo Rocha — de onde virão os recursos. Quanto à criação do fundo de desenvolvimento, tenho a dizer que se permanecer da forma como foi pensado dificilmente poderemos contar com ele para o desenvolvimento da Amazônia. Ratear do jeito que estão querendo significa um prejuízo muito grande. Os Governadores que apresentam essa proposta cometem um erro, porque, em vez de estarmos construindo algo que estruture de forma geral aquela região, estaremos fugindo.

Se ratearmos os recursos, estaremos sendo contrários ao que estamos propondo. Então, não adianta pensarmos uma política integrada de



desenvolvimento, e o financiamento ocorrer ou não da forma como se está pensando.

Como Deputados, temos de nos empenhar na manutenção do que achamos ser o melhor para o Brasil, o melhor para as nossas regiões. É fundamental que procuremos ajudar neste debate, a fim de que na reforma tributária seja garantido esse fundo da maneira como foi pensado inicialmente.

No que diz respeito ao controle social, não sei se a proposta, da forma como está — no passado também se deu assim —, de fato vai garantir o controle, o cumprimento da missão a que a SUDAM se propõe. Temos todos os Governadores da região, temos um Prefeito, vamos ter um representante das forças trabalhadoras e o empresariado, mas não sei se isso garante algo, se de fato não haverá necessidade de ampliar o número de pessoas, simplificando de alguma forma.

Preocupo-me porque todos nós conhecemos a situação. Não precisamos fazer discurso sobre a realidade da SUDAM e da SUDENE no passado. Se não tivermos efetivamente controles que garantam que o financiamento vá para aquele empreendimento pensado, que não fique metade desse financiamento pelo caminho, vamos novamente estar dando um tiro no pé. Mais uma vez, daqui a uns anos, vamos estar pensando uma nova SUDAM, um novo órgão para cuidar do desenvolvimento daquela região, e vamos continuar na mesma situação.

Digo isso porque no meu Estado, o Maranhão, temos inúmeros cadáveres de projetos, como o Deputado Paulo Rocha já disse. Lá também não é diferente: há projetos agropecuários, projetos mais ligados à área da indústria e que não deram certo. Aliás, o Maranhão tem um monte de projetos, mas nem todos são financiados pela SUDAM e SUDENE. Estão lá há 10, 15, 20 anos e não produzem absolutamente nada. São verdadeiros desperdícios.

É fundamental que o Governo Federal procure garantir uma política de desenvolvimento integrado. Em relação aos financiamentos, que seja dada prioridade às necessidades prementes da região.

Na semana passada, reuni-me com a associação comercial e industrial da minha cidade, Imperatriz, e com o gerente do Banco da Amazônia, que nos apontavam as dificuldades vividas. Em nossa região, o Banco do Nordeste tem recursos para financiar a pecuária, mas encontra dificuldade para o financiamento da



indústria e de outros setores da economia. Então, vamos conhecer a vocação de cada região, a fim de garantir o financiamento adequado a cada uma delas.

Não tenho perguntas a fazer. Quero deixar registradas minhas preocupações, a fim de que todos nós possamos pensar de forma coletiva e construir o melhor projeto possível para a nova SUDAM.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Tem a palavra o próximo orador, Deputado Asdrubal Bentes. Em seguida, concederei a palavra à Deputada Ann Pontes, como última oradora. O Deputado Zequinha Marinho também tem sua inscrição assegurada.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, Sr. Relator, nossa diletta amiga Maria do Carmo, companheiro Mâncio, Presidente do BASA, vou começar a minha fala com um misto de preocupação e tristeza. Preocupação que me foi trazida pelo Deputado Anivaldo Vale quando falou que a previsão de vida do amazônida é de 70 anos. Isso deixou-me pensativo, porque só faltam 5 anos para eu atingir essa idade. Quero ver se conseguimos chegar mais longe. E tristeza, porque estou vendo desde ontem uma discussão inócua, sem futuro e que deve ser banida dos nossos meios. Trata-se da discussão sobre a localização da sede da SUDAM, havendo alguns que até querem transferi-la para Brasília. Creio que esse tipo de discussão não leva a lugar algum. Pelo contrário. Atrapalha ainda mais.

Apelo aos companheiros amazônidas para que pensemos na Amazônia como um todo e não individualmente, por Estado. Se cada um for puxar brasa para a sua sardinha, a SUDAM e o BASA não cumprirão o seu objetivo precípua: integrar a Amazônia, não no sentido militarizado de décadas atrás, mas no de minimizar as desigualdades sociais. Aliás, esse é o objetivo maior, previsto na própria Constituição Federal.

Falar depois de tantos companheiros ilustres que nos antecederam é difícil, principalmente quando vimos um *expert* em BASA, o companheiro Anivaldo Vale, que já foi presidente da instituição e militou por aí, e outros também que já passaram pela SUDAM. Não tenho nem conta no BASA, porque não sobra dinheiro para isso. Quando Deputado, frequentei a SUDAM em busca de recursos para nossos Municípios.



Sou um amazônida nascido, criado e vivido no nosso Amazonas, nas barrancas do Madeira, passando por nossa querida Santarém e chegando a Belém. Conheço o BASA desde que era o Banco da Borracha, depois Banco de Crédito da Amazônia e finalmente Banco da Amazônia. Muitas vezes esse banco foi declarado quase que insolvente, e muitos pregaram sua extinção. Mas há que se ressaltar o trabalho do saudoso Gabriel Hermes, um grande baluarte na criação e na manutenção do Banco da Amazônia.

A SPEVA — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi criada com erro de origem, porque não se preocuparam com o zoneamento econômico e ecológico. Aí veio a depredação, a devastação, houve a aprovação de financiamentos para áreas impróprias para a pecuária, por exemplo, que hoje estão totalmente degradadas. Daí vem essa dívida social muito grande da extinta SPEVEA, hoje SUDAM.

Mas não vamos lembrar o passado. Isso não nos interessa e também não nos ajuda em nada. Temos de pensar o que será a SUDAM hoje e amanhã, e o BASA continuará sendo o de sempre, certamente muito mais dinamizado e voltado para o social.

Creio que o sentido de desenvolvimento hoje não é apenas o econômico, mas o econômico juntamente com o sustentável, os meios para atingirmos o objetivo maior: a minimização das desigualdades regionais. Para isso, precisamos de recursos.

A nossa querida Maria do Carmo fez um apelo para a nossa bancada no sentido de alocarmos recursos para a SUDAM. Quero antecipar-lhe que nessa bancada, pelo menos nos nestes 4 mandatos, sempre fomos unidos no intuito de alocar recursos para o Estado, para a região e para os órgãos da nossa região.

Lamentavelmente, há um grande desrespeito do Poder Executivo para com o Legislativo. Não estamos conseguindo liberar as nossas emendas individuais, nem as emendas de bancada. Não é culpa do Governo Lula. Isso já vem se arrastando por vários governos. Só que o Lula entrou trazendo a esperança da correção. S.Exa. tem de corrigir isso, tem de falar para a equipe econômica que os Parlamentares têm de ser respeitados, que os Poderes são independentes, mas harmônicos entre si. Então, vamos liberar as bancadas, porque não estamos querendo dinheiro para



levar para o nosso bolso, para a nossa casa, mas para ajudar a desenvolver nossa região e minimizar os problemas nos bolsões de miséria do nosso Estado.

Fico feliz quando ouço a filosofia da nova SUDAM. Tenho ouvido maravilhas, e até fico preocupado. Acho que o Deputado Paulo Rocha já me olha esquisito, porque ultimamente tenho andado azedo com tanta decepção: são 40 anos de vida pública, sempre cheio de esperança. Tenho de renovar as esperanças. Espero que isso aconteça.

Temos hoje à frente da ADA uma companheira da região, que conhece nossos problemas, e, à frente do BASA, o Sr. Mâncio, também da região e profundo conhecedor de seus problemas. São ambos expoentes da inteligência cabocla, que precisa ser valorizada.

A propósito, não podemos aceitar que ambientalistas desmoralizem a FADESP, órgão da inteligência paraense na Universidade do Pará, ao descaracterizar projeto de fundamental importância para a integração nacional como o da hidrovia Araguaia/Tocantins — essa, sim, verdadeiro veículo de integração nacional. Nossas eclusas, de que tanto ouvimos falar, tão intransigentemente defendidas pela Deputada Ann Pontes e por todos nós, viabilizarão a navegação no Araguaia/Tocantins.

Para que V.Exas. tenham uma idéia de como isso é importante, cada tonelada de soja transportada pela hidrovia para chegar ao porto de Belém e ser exportada para os Estados Unidos gera um lucro ao produtor de 32 dólares. Isso porque essa soja iria para Santos e Paranaguá, percorrendo toda a costa brasileira, pagando frete, para só então dirigir-se aos Estados Unidos.

É fundamental, portanto, pensar grande, pensar a Amazônia como parte do Brasil e promover para ela uma política nacional de desenvolvimento na qual se incluam as políticas da SUDAM e do BASA. Do contrário, vai ocorrer o que sempre aconteceu: o BASA com uma política, a SUDAM com outra, IBAMA e INCRA às turras.

Imagino a dificuldade que se encontra para aprovar no BASA projeto para pequenos produtores que não podem cumprir com exigências do IBAMA. Gostaria até de saber de V.Sa. o que pretende fazer para viabilizar esses projetos e atender



aos pequenos e microprodutores, hoje sem condições de trabalhar por falta de licença ambiental do IBAMA.

Acresce ainda que no Pará, sobretudo, mas na Amazônia como um todo, o problema fundiário é caótico. Existem terras com verdadeiros edifícios de 4 ou 5 andares, sem que se saiba de sua procedência, e os órgãos fundiários ficam aí a discutir o sexo dos anjos: quem errou, quem fez a fraude. Tudo bem que se apure essa questão, mas que se regularize logo a situação dos que ocupam a terra, trabalhando e produzindo, provando que nela se fixaram. Do contrário, não vamos chegar a nenhum lugar a não ser a um tremendo derramamento de sangue, como já está ocorrendo em São Félix do Xingu.

Repito: é preciso pensar a Amazônia integrada na política nacional. Há discussão sobre se a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional deve ser feita por meio dos Estados ou do Governo. Fiquei ontem muito satisfeito com o ponto de vista do Ministro Ciro Gomes, que disse que em 5 anos poderíamos resolver os macroproblemas de infra-estrutura da Amazônia se aplicássemos, a cada ano, os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional em um determinado Estado. Creio que assiste razão ao Ministro Ciro Gomes. Se dividirmos o fundo pelos Estados, cada um receberá uma migalha e não conseguirá fazer nada, ao passo que aplicando, num ano, parte do fundo, por exemplo, no setor de transportes de determinado Estado e, no ano seguinte, em algum setor de outro Estado, vamos resolver esses problemas em 5 ou 10 anos.

Antigamente — o Deputado Anivaldo Vale já abordou essa questão —, os ricos do sul (*falha na gravação*) que deveria ser da União, para aplicar em educação, saúde, etc. Mas não lembro se era o art. 5º ou o 9º que permitia que ele fosse destinado a um determinado projeto. E aconteceu o seguinte. O dinheiro vinha, e os incentivos eram vendidos em verdadeiro leilão na Avenida Paulista, em São Paulo. Então, se o camarada depositava 5 milhões de Imposto de Renda, no final das contas, para alguém comprar para o seu projeto, ia pagar 30%. Ora, já se vê que de onde se tira não se repõe, não se podia executar o projeto. E esse dinheiro voltava para São Paulo, para os grandes centros, e nós ficávamos lá com o ônus da pobreza e da miséria e que terminava concentrando nas cidades.



Ouvi do Ministro Ciro Gomes que os incentivos iriam ter um escalonamento. Quanto mais longe do centro, da cidade, talvez maior o percentual de incentivos. Em tese isso é muito bom, mas analisei a questão. Será que esse empreendimento, digamos, longe do centro consumidor, sem estradas para escoar a produção, vai ser competitivo no mercado? Ou será que o empreendimento não vai falir por falta de condições de resgate? Como será feito esse resgate no final? Será feito através de ações, como era antigamente? Ou haverá uma outra forma de pagamento desse financiamento? Afinal, não é um financiamento igual ao concedido pelo banco, como explicou o Ministro aqui. Há uma série de outras vantagens, entre elas o alongamento do prazo de pagamento e do prazo de carência.

Mas preocupa-me o fato de o maior índice de miséria do País estar nas cidades e na Amazônia também. E por que na Amazônia, particularmente no Pará, local onde vivemos? Porque o programa de reforma agrária implantado também não vai a lugar nenhum. Ao contrário: cria mais bolsões de miséria. É preciso que o Governo Lula corrija imediatamente essa situação, mude a rota da reforma agrária. O que está acontecendo é que sem infra-estrutura, sem educação, sem saúde e sem estrada para escoar o produto, o caboclo, na primeira malária que contrair, vende seu terreno e vai embora. E o vizinho, que está quase passando fome, faz o mesmo. Essa reforma agrária hoje é concentradora de terras, está criando latifúndios em vez de evitá-los. Então, é preciso que haja essas correções. Somente uma política integrada com a participação de todos os órgãos poderá propiciar isso.

Não podemos entender como o Estado de Roraima, por exemplo, cuja metade do território é de área indígena, não recebe um tratamento especial. Ele bem que merece, porque não é fácil a sobrevivência dos nossos irmãos de Roraima.

Sr. Presidente, ao concluir, pergunto à Dra. Maria do Carmo como será feito o pagamento do financiamento ao final, quando implementado o projeto. E ao Dr. Mâncio dirijo uma pergunta que não tem nada a ver com a SUDAM, mas com a região. Existem os projetos securitizados do FNO, mas a maioria está inadimplente. Que poderão eles fazer com relação ao custeio, como acontece no Nordeste ou Sudeste, se estão inadimplentes? Qual é a linha que o banco vai adotar para poder atender essas pessoas? Do contrário, vai acontecer o mesmo: eles vão embora, vão abandonar suas terras e não vão pagar a dívida.



Deixo ao nosso Relator uma preocupação. Deputado Paulo Rocha, com essa história de o INCRA retirar pessoas que adquiriram terras de reforma agrária — o que está correto, mas precisa ser analisado caso a caso —, há muita gente que está na terra, fez financiamento com o BASA e FNO, recebeu outros créditos e está sendo retirada. Como essa pessoa vai pagar se vai ficar fora da terra? Creio que essas pessoas deveriam ser respeitadas. Houve um erro, mas não podemos permanecer nele, temos que corrigi-lo. Agora, se o cidadão está lá, não era cliente da reforma agrária, mas o INCRA lhe deu condições de receber os créditos e até de contratar o FNO, tirá-lo de lá é praticamente criar mais inadimplência para o Banco da Amazônia.

Parabenizo nossos palestrantes e desejo-lhes sucesso. Espero parabenizá-los também ao final do nosso mandato, com o êxito da nova SUDAM e do nosso querido Banco da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Mâncio Lima, Sra. Maria do Carmo, minha amiga e companheira, aproveito a oportunidade para ratificar o meu apoio e o da bancada no sentido de conseguir recursos. Se não houver recursos, vai ficar meramente no discurso todo e qualquer tipo de ação voltada para a nossa região.

Pegando o gancho do companheiro Asdrubal Bentes, quero dizer que sou recém-chegada a esta Casa, este é o meu primeiro mandato, mas já folheei o passado. Constatamos que no Governo anterior foram criados 378 programas para a Amazônia. Destes, apenas 8 tiveram 50% da verba efetivamente aplicada, e 12, se não me falha a memória, 36%. Está na hora de fato de virarmos essa página.

Quero dar meu testemunho de que ano após ano esta bancada destina recursos para as eclusas de Tucuruí. Há 20 anos esperamos na região por isso, mas fica apenas no papel.

Maria do Carmo, estou extremamente confiante. Confio ainda no Governo Lula, que teve a sensibilidade de dedicar um capítulo do seu plano de governo exclusivamente à Amazônia e está colocando pessoas como a senhora e o Sr. Mâncio, que conhecem a região, para atuar à frente de um órgão que tem muitos



desafios. Fique certa de que pode contar com a nossa parceria, o nosso comprometimento e a nossa luta. Não ouvi sua fala desde o início, mas gostaria de saber se o SIVAM vai ser parceiro nesse projeto. De que forma essa estrutura, a tecnologia envolvida na criação do instituto, pode ser um aliado? Por exemplo, na conclusão do zoneamento econômico-ecológico, eles estiveram aqui, fizeram uma exposição e, pelo que pude perceber, têm instrumento e tecnologia. Não poderia ser este o momento de nos aliarmos a eles também para agilizar esse zoneamento econômico-ecológico?

Pedem-nos para observar o art. 3º. Queria que detalhasse mais em que sentido poderíamos contribuir para implementá-lo. Nas Comissões fala-se muito no combate à biopirataria — até o suor do nosso sapo está sendo utilizado para combater o câncer. Nossa biodiversidade é um verdadeiro laboratório a céu aberto. Mas, infelizmente, devido à falta de um desenvolvimento planejado, milhares de hectares de florestas foram abaixo e ainda estão sendo. Hoje estamos vendo o avanço da soja em nossa região, o que compromete a nossa biodiversidade.

Assim, pensei em criarmos mais um inciso que vise à proteção, além de assegurarmos os recursos para investimento em ciência e tecnologia. Tudo isso para quê? Para cuidar da propriedade intelectual ligada à biodiversidade.

O ribeirinho, o caboclo, o quilombola sabem como utilizar os recursos da floresta sem destruí-la. Seria interessante também que a SUDAM, de alguma forma, protegesse esse conhecimento para que não fosse biopirataado.

Em relação ao BASA, infelizmente não pude acompanhar a exposição do Presidente da instituição. Mas gostaria de saber como serão viabilizadas as formas de acesso ao indígena, ao pequeno produtor, àquele que ainda não tem titulação da sua terra e nem sabe como fazer o manejo florestal.

Tenho recebido inúmeros ofícios de associações de cooperativas. Elas clamam por isso.

Basicamente, era isso. Agradeço a oportunidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Com a palavra o último orador, nobre Deputado Zequinha Marinho.

O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO - Sr. Presidente, inicialmente cumprimento a Dra. Maria do Carmo Martins, nossa colega da Assembléia



Legislativa, Deputada muito atuante. Prestou bom trabalho, cumpriu um grande mandato e, neste momento, comanda a SUDAM. Cumprimento também o Dr. Mâncio Lima Cordeiro. É um orgulho fazer parte do BASA.

Faço algumas ponderações, talvez até sendo repetitivo, Dra. Maria do Carmo. A SUDAM renasce e, neste momento, está se ajeitando e tomando forma. Hoje, todos nós sabemos — e aqui se encontra o Presidente do Banco — que, por mais que se queira financiar e injetar recursos, há dificuldades seriíssimas com relação à área ambiental. Não há como fazer nada. Para onde se mexe, tem se que encarar esse problema.

Como é que a SUDAM, neste início, vê este problema? Porque vai ter que encarar isso naturalmente. O que se propala hoje é o zoneamento econômico-ecológico. Os Governos Federal e Estaduais com certeza não têm dinheiro suficiente para fazer um trabalho dessa envergadura e rapidamente. Há alguma perspectiva de busca de recurso fora — não sei onde — para tentar melhorar essa situação? Porque, do meu ponto de vista, ninguém avança hoje sem primeiro definir como se fazer, o que pode ser usado, o que não pode, de que forma. A finalidade da SUDAM é promover desenvolvimento sustentável, e não tem como se fazer diferente hoje.

Em segundo lugar, faço a seguinte pergunta: como a SUDAM e o Banco da Amazônia estão vendo hoje a questão da agricultura de grãos entrando na Amazônia? No Pará, por exemplo, de onde somos, no sul e no oeste hoje temos a presença de produtores que para a nossa economia são fundamentais. Queria ouvir a resposta de V.Sas, tanto da SUDAM como do BASA, que é o agente financiador do desenvolvimento regional.

Então, precisamos saber definir, até porque há um certo entrosamento, e tentar ajudar esse povo que está chegando ao nosso Estado.

Queria ouvi-los também com relação ao foco de desenvolvimento. O Governo está orientando em que direção? É por onde? Para onde hoje o Governo está focando a SUDAM e o BASA para deslanchar um processo de desenvolvimento?

Por último, faço uma pergunta com relação à SUDAM: ela vai ficar na Almirante Barroso esperando a demanda chegar na porta — aquela história de Meca com Maomé —, ou vai para todos os Estados da sua área a fim de debater e



posicionar as políticas de Governo? Ela vai ficar esperando a demanda para analisar o projeto? Como é que a SUDAM vai se comportar nessa direção?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Com a palavra o Dr. Mâncio Lima Cordeiro, para responder às indagações dos Srs. Deputados.

O SR. MÂNCIO LIMA CORDEIRO - Bom, na verdade, a maior parte das questões a Dra. Maria do Carmo é que terá de responder, mas ouvi atentamente e anotei todas as perguntas.

Quero começar pela fala do Relator, Deputado Paulo Rocha. S.Exa. fez uma provocação sobre qual seria o papel do poder local. Eu acho que essa questão é fundamental.

Esta Comissão está demonstrando claramente como o poder local pode participar, como pode contribuir e ser parceiro nesse processo. Ela está visitando todos os Estados para discutir, em cada um, a questão da nova SUDAM. Isso é fundamental, uma vez que a Comissão vai receber contribuições, perceber os anseios e catalisar os desejos das populações locais nas audiências públicas que estão sendo feitas em cada Estado. Tudo isso será alcançado por meio de suas representações, de políticos, de produtores, de trabalhadores. Esse procedimento demonstrará qual pode ser o papel do poder local, à medida que essas contribuições cheguem.

Na minha exposição inicial, falei, por exemplo, da questão da transversalidade, da participação e da colaboração entre todos os que trabalham, os que têm algum papel no desenvolvimento da Amazônia. O poder local, seja federal, estadual ou municipal, e as instituições que estão lá instaladas, mesmo aquelas que não são governamentais, podem ter papel fundamental e seguramente poderão contribuir muito, porque conhecem a região e têm sensibilidade para os problemas regionais.

O Deputado Raimundo Santos, que não está mais presente, falou sobre a importância da pesquisa. No meu pronunciamento, eu havia mencionado que o Banco da Amazônia, entendendo a necessidade de ampliação do conhecimento regional sobre as nossas questões, dedicou parte de seu orçamento, recursos próprios, para que pudéssemos apoiar ações de pesquisa, no intuito de que



possamos ter mais conhecimento sobre a realidade regional e, com isso, possamos dar respostas mais precisas e mais adequadas, tendo em vista que só com o conhecimento vamos alcançar os pontos que necessitamos atingir.

A Deputada Perpétua Almeida, que também não se encontra presente, falou de 3 assuntos: a questão dos fundos, de outras fontes e do conselho. Na verdade, o Banco da Amazônia já vem cumprindo o papel de tentar ampliar as fontes de recursos para aplicação na região amazônica.

Eu falei do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Tínhamos linhas do BNDES e do FNO, que é o principal instrumento de financiamento regional, mas esses recursos, como eu disse inicialmente, não atendem nem a 10% da demanda da região por fomento.

O Banco da Amazônia está procurando outros caminhos. Já encontrou o caminho do FAT. O lançamento do programa estará sendo feito amanhã, no Estado de Mato Grosso. Não há impedimento de se fazer isso. Apesar de os recursos do FNO não poderem ser aplicados em Mato Grosso, nós temos atuação naquele Estado. Como os recursos do FAT não têm restrição regional, podemos aplicá-los em qualquer lugar. Começaremos por Mato Grosso, o que não significa dizer que os recursos do FAT só serão aplicados lá.

Estamos procurando os fundos da Marinha Mercante, de que o Deputado Anivaldo Vale falou. S.Exa. disse até que esse fundo teve a oportunidade de estar hospedado no Banco da Amazônia. Infelizmente, não está.

Buscamos recursos do Orçamento da União e externos, para que possamos ampliar a capacidade de alavancagem de financiamento do banco. Essa questão em relação à SUDAM é fundamental. A Dra. Maria do Carmo falou com toda clareza da necessidade de ampliar o volume de recursos para que se possa fazer aquilo que for minimamente necessário. Então, essa questão dos recursos é fundamental.

Em relação ao conselho, o desenho feito não previu a inclusão do Banco da Amazônia, que tem uma contribuição muito grande para dar no que se refere ao desenvolvimento regional, pois tem a maior experiência acumulada na área dos financiamentos. Este banco é responsável por 82% do crédito de fomento e por mais de 50% de todo o crédito distribuído na região. Portanto, é uma organização que tem profundo conhecimento da região amazônica.



O fato de estar no conselho significa contribuir como parceiro. Como falei inicialmente, o Banco da Amazônia quer ser parceiro do desenvolvimento, participar do processo de desenvolvimento da região, não como mero executor, mas quer discutir este assunto e contribuir para a construção dessas políticas.

Agradeço ao Deputado Anivaldo Vale as palavras carinhosas dispensadas ao Banco da Amazônia, pois ajudou a expor a esta Comissão esse banco, que está ampliando as possibilidades a que S.Exa. se referiu.

A Deputada Terezinha Fernandes não está no momento, mas S.Exa. se refere a uma preocupação quanto à mudança de foco. É importante trabalhar esse assunto. A Dra. Maria do Carmo disse que, na verdade, a região não deixou de ter políticas públicas, mas talvez elas tenham sido inadequadas e desarticuladas.

As políticas públicas que existiram podem ter sido concentradoras e ter considerado o desenvolvimento de outra forma. Na verdade, elas criaram outro problema, pela ausência de política pública articulada que garantisse o desenvolvimento das regiões menos favorecidas, um instrumento poderoso de guerra fiscal, que hoje se está tentando resolver por meio da reforma tributária. Por que os Estados fazem guerra fiscal? Para tentar levar os investimentos para suas regiões. Isso acontece pela lacuna deixada por políticas públicas adequadas que possam suprir esse tipo de necessidade.

É fundamental que se tenha foco e determinação no que se refere à forma como o Governo Federal atuará na região e às políticas que desenvolverá a fim de evitar esse tipo de situação.

O Deputado Asdrubal Bentes, em relação ao Banco da Amazônia, referiu-se a 2 questões pontuais: licença ambiental e inadimplência dos projetos.

O Banco da Amazônia vem fazendo um esforço muito grande junto ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e a todos os órgãos do Governo Federal relacionados ao licenciamento ambiental. Este não é um problema que atinge só o grande produtor, mas também pequenos produtores. A questão de termos de ajustamento de conduta e uma série de medidas que podem ser paliativas, na verdade, dificultam, muitas vezes, a chegada do crédito ao pequeno.



Travamos uma discussão muito grande com o Ministério do Meio Ambiente. Foi feito em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, IBAMA e outros órgãos um desenho sobre como vamos estabelecer minimamente o licenciamento, incluindo os órgãos estaduais. As exigências legais são tão grandes que fica extremamente difícil a qualquer entidade cumprir essas exigências.

O Banco da Amazônia trabalha com base no desenvolvimento sustentável. Portanto, não financia o desmatamento. Muito embora o desmatamento seja legal, o Banco da Amazônia tem por regra não financiar o desmatamento, independentemente de estar na legalidade ou não. Não temos linhas de financiamento que atendam a essa necessidade, mas estamos extremamente preocupados com o licenciamento ambiental. Muitas vezes, o Banco fica sem poder aplicar os recursos por conta do licenciamento. Assumimos há pouco tempo — 5 meses —, mas estamos lutando para que não aconteça este ano o que aconteceu no ano passado.

Em relação aos inadimplentes, neste momento possivelmente está acontecendo uma reunião no Conselho Monetário Nacional para discutir algumas pequenas mudanças nas regras de renegociação das dívidas, a fim de que possamos renegociar as dívidas e atender aos pequenos produtores que estão inadimplentes. É hoje a reunião extraordinária que discutirá a mudança dessas regras.

A Deputada Ann Pontes falou sobre os indígenas, os pequenos produtores e outras comunidades com dificuldades de acesso ao financiamento. O Banco da Amazônia tem como diretriz democratizar o acesso ao crédito. Por exemplo, foi assinado um documento no Estado do Acre, quando o Presidente Lula esteve lá, pelos Governadores presentes, pelo Presidente da República, pelo Presidente do Banco e por Ministros, segundo o qual todos se irmanam para transformar o Banco da Amazônia no principal instrumento de desenvolvimento regional na sua área.

Então, existe um acordo de âmbito regional assinado pelo Banco da Amazônia e pelo Presidente da República segundo o qual podemos fazer qualquer tipo de modificação na estrutura e nas normas da organização. Falei inicialmente aqui — acho que a Deputada não estava presente — sobre um programa feito em



Benevides, Estado do Pará, que só foi possível porque mudamos todas as regras do Banco, indo até o Conselho Monetário Nacional para atender ao programa de fruticultura para os pequenos produtores. Essa é uma mudança radical de foco.

O Banco está avaliando os negócios e, aí sim, criando condições de financiamento, não linhas de financiamento para abrigar os negócios que podem se adequar a elas. Esse tipo de preocupação está presente. Estivemos em todos os Estados da região, conversando com lideranças e produtores. Estamos reunindo essas informações para, a cada momento, mudarmos as normas para que possam estar adequadas a esse processo.

Em relação à adequação, aproveito para responder à pergunta do Deputado Zequinha Marinho sobre o foco do desenvolvimento. O foco é o desenvolvimento sustentável. Sou dos que defendem veemente o desenvolvimento da região amazônica, a exploração das riquezas superlativas, conforme a Dra. Maria do Carmo nos mostrou, porque, com toda sua riqueza e sua pujança, a região amazônica só responde por 6,5% do PIB, apesar de possuir 60% do território nacional e mais de 20 milhões de habitantes. Esses números são maiores que os de outros Estados, no entanto, temos, em média, o pior IDH do País. Precisamos modificar essa situação, mas isso só acontecerá se implementarmos políticas públicas articuladas. Aí, sim, vamos criar cadeias produtivas, gerando e agregando valores, o que vai nos ajudar a tirar a região da atual situação.

Não podemos nos descuidar das gerações futuras. Por isso, precisamos pensar em desenvolvimento baseado na sustentabilidade, para que possa nos garantir — e também para aqueles que virão — conforto e segurança.

Será que precisamos explorar a madeira da Amazônia? Seguramente que sim. E o Banco da Amazônia já deu um passo nesta direção: fez o primeiro financiamento de manejo sustentável da Amazônia, no Estado do Pará, porque a madeira é um produto que está pronto, maduro, pode ser colhido e tem mercado. Precisamos dessa exploração e esta deve ser feita de maneira adequada e racional, para que essa riqueza não seja exaurida e as gerações futuras não sejam prejudicadas.

Então, o foco que devemos dar para o desenvolvimento da região — como perguntou V.Exa. — é a garantia de que no futuro não tenhamos problemas.



Podemos usufruir das riquezas no presente, mas não é admissível que uma região tão rica tenha o menor Índice de Desenvolvimento Humano do País. Não é admissível que vivamos numa região com tantas riquezas e não contribuamos com o desenvolvimento da Nação de maneira mais presente e mais eficiente. Devemos estar sempre atentos para que nosso esforço de desenvolvimento não venha a criar determinadas situações em que, em vez de ajudarmos no presente, estejamos criando problemas para o futuro.

O desenvolvimento tecnológico é um dos pontos em que podemos trabalhar com segurança. O Banco da Amazônia está focando essa questão, apoiando, por exemplo, a agricultura e a pecuária, principalmente nas áreas alteradas pelo homem com tais avanços. Liberamos financiamentos até para fomentar a transferência de embriões, porque é uma forma de aumentar a produtividade nas áreas em que a tecnologia está sendo utilizada. Assim, haverá multiplicação por 3 ou 4 vezes o volume de produtos na área pecuária, sem ter de derrubar uma árvore sequer.

Esse é o foco, o rumo que devemos buscar nesse processo.

Quero agradecer a oportunidade de ter vindo a esta Comissão conversar com todos e de ter contribuído com o debate. Reafirmo o interesse do Banco da Amazônia em ser um parceiro nesse processo. O Banco da Amazônia tem uma experiência muito grande e quer emprestar sua contribuição para o desenvolvimento da região.

Aproveito para corrigir uma indelicadeza de minha parte com meus parceiros do Banco da Amazônia, Dr. Hélio Graça, Dr. Jorge Ney e Dra. Neusa, que muito me ajudaram e ajudam a construir o banco de que precisa a Amazônia.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, pela ordem. Temos a ilustre presença do Senador Augusto Botelho, desde o início acompanhando atentamente a reunião. Regimentalmente, S.Exa. não poderia se manifestar. No entanto, solicito seja aberta uma exceção, para que o Senador faça 2 indagações que considero pertinentes e de interesse da região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Essas indagações serão à Dra. Maria do Carmo?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Não, ao Dr. Mâncio Lima Cordeiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Numa deferência especial ao Senador, abriremos este espaço, já que estamos no final da reunião, e, ao mesmo tempo, para destacar a presença de S.Exa. desde o início.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Transforme-o em convidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Na condição de convidado especial, Senador Augusto Botelho, tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Serei rápido e elaborarei diretamente as perguntas.

Em relação ao FNO, também estive no Acre e fiquei feliz ao ouvir seu pronunciamento, especialmente quando disse que acharia uma forma de aplicar parte dos recursos do FNO em assistência técnica e extensão rural. Gostaria de saber se já houve algum trabalho nesse sentido.

Segunda pergunta: o Presidente, o senhor e o Ministro prometeram que trabalhariam para que o FNO não voltasse dos pequenos Estados. Quero saber o que foi feito para que isso não ocorresse.

Muito obrigado pela oportunidade. Sou, como todos aqui presentes, uma pessoa que vibra com a Amazônia e acredita que há solução para seus problemas. Vamos achar o caminho.

O SR. MÂNCIO LIMA CORDEIRO - Senador, agradeço suas indagações, porque, na verdade, são os 2 pontos com que o banco tem se preocupado e que também tem realizado ações para resolver.

Especificamente em relação ao seu Estado, Roraima, colocamos mais analistas nas 2 agências lá existentes, em Boa Vista e em Caracaraí — havia 1 e foram mais 2 —, a fim de que os projetos fossem analisados.

Estou citando esse exemplo porque, em todos os lugares, criamos forças-tarefas a fim de que fossem analisados os projetos, principalmente nas localidades com menos condições. Isso foi feito para diminuir a possibilidade de os recursos retornarem.

Como não temos uma regional em Roraima, a alçada dos gerentes daquelas agências foram ampliadas para que a maior parte dos projetos não precisassem voltar à matriz para receberem a decisão final. Essa foi outra medida para facilitar o



acesso ao crédito dos Estados que não conseguiam aplicar a totalidade dos seus recursos.

Em relação à questão da assistência, há uma adiantada discussão. Já houve uma conversa prévia com o Ministro Ciro Gomes, no sentido de que pudéssemos utilizar parte dos recursos do Fundo e alocá-la para assistência técnica.

Não há discordância alguma em relação a isso. Na verdade, não se trata de despesa do Fundo. Particularmente, considero um investimento. Se dou adequada assistência técnica, tenho maior garantia e maior possibilidade de retorno dos empréstimos. A questão é: quem mais participa disso? Não podemos assumir a responsabilidade de assistência técnica única e exclusivamente pelo Fundo, deixando os Estados, os Municípios e a própria União descoladas desse processo.

Trata-se de uma discussão que está sendo levada a efeito para que o Fundo contribua, sim, mas que haja outros parceiros para ajudar a garantir assistência técnica a todos que têm programas ligados ao Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Com a palavra a Dra. Maria do Carmo, para responder às indagações dos Srs. Deputados.

A SRA. MARIA DO CARMO MARTINS LIMA - Agradeço a manifestação aos Deputados Perpétua Almeida, Dr. Rodolfo Pereira, Anivaldo Vale, Terezinha Fernandes, Asdrubal Bentes, Ann Pontes e Zequinha Marinho.

Peço licença aos Deputados da Amazônia para fazer uma saudação especial aos representantes do Pará: Deputados Anivaldo Vale, Raimundo Santos, Zequinha Marinho, Zé Geraldo, Ann Pontes, Asdrubal Bentes e Paulo Rocha. É uma honra vê-los trabalhando com tanto empenho. Tenho plena confiança no trabalho de V.Exas.

As preocupações externadas foram principalmente quanto ao planejamento, financiamento e transparência de atuação da nova instituição.

Volto a dizer que neste projeto de lei complementar está garantida uma forma de planejamento participativo, que contempla o resgate do planejamento estratégico para nossa região, o que é muito importante. Há previsão de formas de financiamento e está garantida a transparência.

Vamos detalhar um pouco isso: o empoderamento político do CONDEL é muito claro. A proposta do Conselho Deliberativo tem esse caráter, inclusive



garantida a participação do Presidente da República nas 2 reuniões anuais, no primeiro e segundo semestres. É necessário que assim seja, porque precisamos consolidar o papel político da nova instituição. Isso foi perdido ao longo do tempo. Lá estará garantida a participação do Presidente da República, de 9 Governadores, dos Ministros que têm políticas públicas voltadas para a Amazônia e de 3 Prefeitos. O Regimento Interno do CONDEL definirá critérios para a escolha desses Prefeitos, representantes dos trabalhadores e do empresariado. É poder político de decisão.

O CONDEL definirá as macrodiretrizes de planejamento para a região. Não mais decidirá quem vai ou não ser financiado. A lógica foi invertida. Não é mais a lógica de quem é financiado; é a lógica do planejamento. Só será financiado aquele que se inserir no planejamento das macrodiretrizes estabelecidas pelo CONDEL.

O debate será importante, porque os Estados da Amazônia estarão representados nesse conselho.

O Deputado falou a respeito de Roraima. Nessa nova composição, o Governador de Roraima terá de ir muito bem articulado ao CONDEL, porque a Secretaria Estadual de Planejamento terá de refletir as propostas das Secretarias Municipais de Planejamento. O processo vem das Secretarias Municipais, que, por sua vez, vão respaldar a vontade do povo, sob pena de não terem credibilidade.

O Governo do Estado terá a incumbência de retratar as políticas municipais; por sua vez, a Secretaria Estadual vai ter de preparar muito bem o Governador para ir ao CONDEL. Se S.Exa. for malpreparado ou desarticulado com sua base, não passará a política que considera importante para o seu Estado. Portanto, deverá haver articulação com os outros Governadores e com as outras Secretarias. Se o Governador achar que a agropecuária é importante para seu Estado, terá de ter bons argumentos para que sua idéia seja aprovada. O CONDEL não vai aprovar os projetos, mas, sim, a matriz de desenvolvimento; vai dizer qual é a linha para se gastar e quanto deve ir para cada área.

O BASA e os outros representantes dos segmentos da sociedade estarão nos comitês gestores, que terão empoderamento de representatividade e poder deliberativo.

Os comitês gestores decidirão quais projetos serão encaminhados ao BASA. Terão poder de representatividade, pois nele estarão representados os segmentos



da sociedade, inclusive os Deputados Federais, os Deputados Estaduais e todas as instituições de financiamento do desenvolvimento da Amazônia. Esse empoderamento representativo também pressionará. Vai receber as demandas e colocará em execução as determinações do CONDEL.

A grande missão dessa instituição é ser articuladora das políticas públicas federais na Amazônia. A SUDAM deverá funcionar como um funil, caso contrário, continuaremos com a política desarticulada de sempre, com o INCRA pensando para um lado, o IBAMA para o outro, o SIVAM para um terceiro, e assim por diante. Precisamos de instrumentos fornecidos por V.Exas., porque é uma missão muito difícil.

Não podemos nos esquecer da fogueira das vaidades. Ou V.Exas. acham que os Ministérios vão querer se submeter à nova SUDAM? Não é assim. Devemos ter empoderamento político e representação técnica, do contrário, não convenceremos sequer o BASA, instituição de grande importância para os nossos objetivos.

Portanto, pretendemos ter esse grande poder de articulação e convencimento, porque uma lei não determinará isso. Já existia essa proposta na SUDAM antiga, mas nunca foi concretizada. Vamos fazer essa articulação de políticas públicas para garantir a tão sonhada inclusão social, senão uma política vai se sobrepor a outra.

A grande missão mesmo é de planejamento. E como se dará? A proposta bate também nas estruturas de cada Ministério e das Secretarias de Governo. V.Exas. acham que um Governo com concepção diferente do Governo Federal aceitará que uma instituição federal coloque o dedo no planejamento da sua Secretaria Estadual? Não pode ser assim. As propostas terão como base o convencimento e o diálogo, para que se mostre aos Governos Estaduais a importância das Secretarias de Planejamento.

A primeira SUDAM foi pensada no tempo dos militares. A concepção de planejamento vinha de Brasília e os Governos tinham de cumprir, ou seja, estavam ali só para executar esse papel. Com a abertura democrática, os Governos Estaduais, Municipais e as instituições agora podem ter seus planejamentos, até porque se descobriu que sem planejamento não se vai a lugar nenhum. Mas esses planejamentos estão isolados. A missão da SUDAM é ser a sua grande articuladora,



inclusive para defender os interesses da região em Brasília, dentro dos Ministérios. Precisamos vir para cá, ver o que é importante para os Estados e defender esses interesses perante o Governo Federal.

Devemos agir como instituição interlocutora entre os Ministérios representados na Amazônia, os Ministérios em Brasília e o Governo Federal. Esse papel não é fácil; para mim, é o mais difícil. O financiamento é consequência de tudo isso. O Estado que não se planejar não terá financiamento, pois é pressuposto que esteja enquadrado na proposta de financiamento elaborado pelo CONDEL.

Por isso, chamei a atenção de V.Exas. para o art. 3º, cujo texto revela as grandes finalidades da nova instituição, que deve ser reforçada, sob pena de a instituição não poder fazer o que está se propondo, nem na área do planejamento.

Abordarei especificamente uma questão relativa ao financiamento, para que V.Exas. saibam da importância do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para nós.

Aqui temos nossa instituição. (*Mostra organograma.*) Aprovada a lei complementar, virão outros instrumentos jurídicos, dentre eles um decreto que conterà a estrutura regimental e o quadro de cargos em comissão da nova instituição. Depois, ainda, uma medida provisória será editada e criará cargos de provimento, e outra disciplinará o novo fundo.

A lei complementar é macro e traça as diretrizes maiores, a formatação da nova instituição. O detalhamento vem depois. V.Exas. devem estar atentos para que possam nos ajudar, porque a regulamentação virá inicialmente em forma de decreto, em que será delineada a nova estrutura. Depois virá a medida provisória, a ser convertida em lei ordinária, que também definirá essas 2 estruturas: o novo fundo e a nova instituição.

A proposta é esta: o Conselho Deliberativo; os comitês gestores; a Superintendência...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Dra. Maria do Carmo, explique um pouco mais sobre o papel desses comitês gestores, se for possível.

A SRA. MARIA DO CARMO MARTINS LIMA - Acho que precisam ser mais bem detalhados em lei. Esses comitês gestores são importantíssimos e vão colocar em prática o que for pensado no conselho deliberativo. O conselho deliberativo vai



definir a política macro de desenvolvimento da região e os comitês gestores vão colocá-la em prática. Eles receberão e analisarão as cartas-consultas, que só depois serão encaminhadas ao BASA. Aqui será feita a análise técnica do projeto, da carta-consulta; depois, o BASA definirá a viabilidade econômica.

No comitê gestor do fundo, o BASA terá assento. A proposta é trabalhar com 2 recursos. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional financiará o desenvolvimento local e as externalidades: infra-estrutura, inovação e capacitação. Sem o Fundo, não há recursos. Vamos ter que repensar a instituição. O fundo a ser criado irá para a Diretoria de Fomentos e Atividades Produtivas, a qual abarcará os grandes projetos, e substituirá o FINAM. A SUDAM tinha o FINAM; a ADA, o FTA. A nova instituição terá esse novo fundo de investimentos, cuja característica poderá ser híbrida: orçamentária e fiscal. Pelo andar da carruagem, será orçamentária. Ficaremos vinculados ao orçamento e, portanto, com a possibilidade de contingenciamento. Se ele acontecer, acabará exatamente a fonte de financiamento pretendida por nós.

Devemos lutar pela possibilidade de esse fundo nacional ser mantido tal qual foi proposto e também de que o outro não tenha caráter orçamentário. Se assim for, teremos dificuldades. Esperamos que seja como o FINAM, cuja base era principalmente a renúncia fiscal.

Aqui temos os fóruns da Amazônia; de Ciência e Tecnologia e das entidades de financiamento; o BASA aparece novamente; as diretorias propostas e o que estará vinculado a cada uma.

É importante essa estrutura de diretorias: a Diretoria de Planejamento Regional formatará a proposta; a Diretoria de Desenvolvimento Local e Articulações vai pensar o desenvolvimento local; a outra tratará da externalidades — e aqui poderemos, quem sabe, ajudar a financiar Tucuruí, a BR-163 e tantas outras obras públicas paradas por falta de investimentos públicos federais. Esse fundo de desenvolvimento regional poderá ajudar a financiar a infra-estrutura. Nesta última diretoria, estão contempladas todas as externalidades que podem tornar possível uma forma de desenvolvimento local. Por fim, aqui está a Diretoria de Fomento de Atividades Produtivas, tarefa historicamente desempenhada pela SUDAM, que cuida



dos grandes projetos e que vai continuar. Precisamos de grandes projetos, mas agora com a possibilidade de transparência e tal.

Não há definição ainda. Trata-se de proposta de proposta, que coloco agora para os senhores como tentativa de sensibilizar a todos. Peço que nos ajudem, a fim de que a nova instituição possa realmente....

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Dra. Maria do Carmo, na verdade é uma proposta preliminar, porque ainda falta a viabilização do Fundo.

O Ministro Ciro Gomes ontem falou sobre as fontes de recursos e afirmou que permaneceriam as renúncias fiscais para um novo fundo de investimento. Só que haveria uma blindagem maior, para evitar aquela história do art. 9º, vala comum usada para que o dinheiro voltasse aos grandes centros.

A SRA. MARIA DO CARMO MARTINS LIMA - Só para encerrar minha exposição, gostaria de registrar a presença de mais uma diretora da ADA, a Dra. Jorgete Mota.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Só uma pergunta: na verdade, o repassador de todo esse dinheiro para a SUDAM será o Banco da Amazônia? Pergunto porque vamos ter que discutir o futuro da instituição, e tenho essa preocupação. O Banco da Amazônia não estaria presente nessa estrutura? Se não houver essa articulação com o banco, corre-se o risco de o projeto chegar lá e de a instituição financeira exigir isso ou aquilo. Essa engrenagem precisa ser muito bem-feita desde o início, porque, na verdade, o banco não vai financiar o projeto se não tiver confiabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Vamos concluir nossa reunião.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, uma indagação: vai haver reunião em Belém?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - Vamos ter reunião em Rondônia amanhã. Na próxima semana, as reuniões serão no Amapá e em Belém, esta última na terça-feira. Depois, iremos a Imperatriz.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - É importante sabermos, pois teremos de providenciar as passagens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) - A Presidência informa a V.Exa. que mandou verificar e constatou que os Deputados têm cota suficiente.



Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, convoco reunião ordinária para a próxima quarta-feira, dia 22, quando vamos ouvir os técnicos, especialistas e Reitores das universidades públicas da nossa região a respeito da atuação da SUDAM.

Aproveito para agradecer mais uma vez ao Dr. Mâncio Lima Cordeiro, Presidente do BASA, e à Dra. Maria do Carmo Martins Lima, Diretora-Geral da ADA, os esclarecimentos prestados, bem como aos demais diretores da ADA e aos funcionários do BASA.

Por fim, agradeço aos Srs. Deputados a participação e espero que este debate tenha sido útil para elucidar algumas dúvidas eventualmente existentes no seio da Comissão, na certeza de que trará maior consistência para elaboração do relatório do ilustre Deputado Paulo Rocha.

Está encerrada a reunião.